



**Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO BRASIL**  
**Uma breve análise sobre a inserção dos trabalhadores através**  
**do SINE entre os anos 2011 e 2012 no DF**

**Blenda Santos Naves Peixoto**

**Brasília**  
**Outubro de 2013.**

**SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO BRASIL**  
**Uma breve análise sobre a inserção dos trabalhadores através do SINE entre os**  
**anos 2011 e 2012 no DF**

**Blenda Santos Naves Peixoto**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Me. Morena Gomes Marques

**Brasília**  
**Outubro de 2013.**

**BLENDA SANTOS NAVES PEIXOTO**

**SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO NO BRASIL**  
**Uma breve análise sobre a inserção dos trabalhadores através do SINE entre os**  
**anos 2011 e 2012 no DF**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Me. Morena Gomes Marques**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lucia Lopes da Silva**

---

**Prof. Dr.<sup>o</sup> Carlos Alberto Lima**

## O operário em construção (Vinicius de Moraes)

Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.  
Mas tudo desconhecia  
De sua grande missão:  
Não sabia, por exemplo  
Que a casa de um homem é um templo  
Um templo sem religião  
Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.

De fato, como podia  
Um operário em construção  
Compreender por que um tijolo  
Valia mais do que um pão?  
Tijolos ele empilhava  
Com pá, cimento e esquadria  
Quanto ao pão, ele o comia...  
Mas fosse comer tijolo!  
E assim o operário ia  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui  
Adiante um apartamento  
Além uma igreja, à frente  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.  
De forma que, certo dia  
À mesa, ao cortar o pão  
O operário foi tomado  
De uma súbita emoção  
Ao constatar assombrado  
Que tudo naquela mesa  
- Garrafa, prato, facão -  
Era ele quem os fazia  
Ele, um humilde operário,  
Um operário em construção.  
Olhou em torno: gamela

Banco, enxerga, caldeirão  
Vidro, parede, janela  
Casa, cidade, nação!  
Tudo, tudo o que existia  
Era ele quem o fazia  
Ele, um humilde operário  
Um operário que sabia  
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento  
Não sabereis nunca o quanto  
Aquele humilde operário  
Soube naquele momento!  
Naquela casa vazia  
Que ele mesmo levantara  
Um mundo novo nascia  
De que sequer suspeitava.  
O operário emocionado  
Olhou sua própria mão  
Sua rude mão de operário  
De operário em construção  
E olhando bem para ela  
Teve um segundo a impressão  
De que não havia no mundo  
Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão  
Desse instante solitário  
Que, tal sua construção  
Cresceu também o operário.  
Cresceu em alto e profundo  
Em largo e no coração  
E como tudo que cresce  
Ele não cresceu em vão  
Pois além do que sabia  
- Exercer a profissão -  
O operário adquiriu  
Uma nova dimensão:  
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim

Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:

Notou que sua marmita  
Era o prato do patrão  
Que sua cerveja preta  
Era o uísque do patrão  
Que seu macacão de zuarte  
Era o terno do patrão  
Que o casebre onde morava  
Era a mansão do patrão  
Que seus dois pés andarilhos  
Eram as rodas do patrão  
Que a dureza do seu dia  
Era a noite do patrão  
Que sua imensa fadiga  
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.

Como era de se esperar  
As bocas da delação  
Começaram a dizer coisas  
Aos ouvidos do patrão.  
Mas o patrão não queria  
Nenhuma preocupação  
- "Convençam-no" do contrário -  
Disse ele sobre o operário  
E ao dizer isso sorria.

Dia seguinte, o operário  
Ao sair da construção  
Viu-se súbito cercado  
Dos homens da delação  
E sofreu, por destinado  
Sua primeira agressão.  
Teve seu rosto cuspidado  
Teve seu braço quebrado  
Mas quando foi perguntado  
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário  
Sua primeira agressão  
Muitas outras se seguiram  
Muitas outras seguirão.  
Porém, por imprescindível  
Ao edifício em construção

Seu trabalho prosseguia  
E todo o seu sofrimento  
Misturava-se ao cimento  
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência  
Não dobraria o operário  
Um dia tentou o patrão  
Dobrá-lo de modo vário.  
De sorte que o foi levando  
Ao alto da construção  
E num momento de tempo  
Mostrou-lhe toda a região  
E apontando-a ao operário  
Fez-lhe esta declaração:  
- Dar-te-ei todo esse poder  
E a sua satisfação  
Porque a mim me foi entregue  
E dou-o a quem bem quiser.  
Dou-te tempo de lazer  
Dou-te tempo de mulher.  
Portanto, tudo o que vês  
Será teu se me adorares  
E, ainda mais, se abandonares  
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário  
Que olhava e que refletia  
Mas o que via o operário  
O patrão nunca veria.  
O operário via as casas  
E dentro das estruturas  
Via coisas, objetos  
Produtos, manufaturas.  
Via tudo o que fazia  
O lucro do seu patrão  
E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!

- Loucura! - gritou o patrão  
Não vês o que te dou eu?  
- Mentira! - disse o operário  
Não podes dar-me o que é meu.

E um grande silêncio fez-se  
Dentro do seu coração  
Um silêncio de mártírios  
Um silêncio de prisão.

Um silêncio povoado  
De pedidos de perdão  
Um silêncio apavorado  
Com o medo em solidão.

Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.

Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e esquecido  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção.

## AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que passaram pela minha vida e, deixando um pouco de si, contribuíram para a formação do meu caráter, especialmente meu pai, Joaquim.

Às minhas amigas e aos meus amigos por todo apoio e carinho, por compreenderem minhas ausências e mesmo assim, sempre estarem por perto.

Aos servidores do Departamento de Serviço Social da UnB, especialmente Alexandre, pela serenidade com que sempre buscou solucionar minhas demandas.

À minha primeira orientadora, Marcela Soares, pela paciência em organizar meus pensamentos, pelo carinho e amizade, pelo conhecimento transmitido.

À minha orientadora final, Morena Marques, por ter captado a essência daquilo sobre o quê eu gostaria de pesquisar, pela solidariedade nos momentos que precisei, pela orientação qualificada e dedicada, pela simpatia e compreensão.

À professora Lucia Lopes pelo incentivo de sempre, pelo carinho, pela disponibilidade, pela preocupação, pela generosidade e por participar da avaliação deste trabalho.

Ao professor Carlos Lima, pela atenção, e por gentilmente participar da avaliação deste trabalho.

Aos grupos de pesquisa: Terra e Trabalho; e GESST – Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho - pelo conhecimento a mim agregado e pelos ricos momentos de discussão.

Finalmente, a uma Força Superior, que me mostrou os momentos oportunos de recuar e avançar na minha formação acadêmica, e que nunca me fez desistir de acreditar numa sociedade de homens e mulheres verdadeiramente livres e emancipados.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DF – Distrito Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPi – Imposto sobre Produtos Industrializados

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA – População em Idade Ativa

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PPA – Plano Plurianual

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SETRAB – Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UF – Unidade da Federação



## SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I	
Trabalho e Capitalismo	12
1. O Trabalho e o Modo de Produção Capitalista	12
1.2 A Crise Estrutural do Capital	19
- O Desemprego Estrutural	27
Capítulo II	
Condições de Trabalho e Formação da Classe Trabalhadora no Brasil	35
2.1 A “questão social” no Brasil	35
2.2 Capitalismo Dependente e Classes Sociais	38
- A Formação Tardia da Classe Trabalhadora Brasileira	42
2.3 O Mercado de Trabalho no Brasil	45
Capítulo III	
A Política de Emprego e Renda: Brasil e Distrito Federal	48
3.1 O Desemprego na Contemporaneidade	48
3.2 A Política Brasileira de Geração de Emprego e Renda	56
3.3 Emprego e Desemprego no Distrito Federal	61
Consideração Finais	76
Referências Bibliográficas	78

## INTRODUÇÃO

O **objeto** de estudo deste trabalho de conclusão de curso é a política de trabalho, emprego e renda no Distrito Federal entre os anos de 2011 e 2012. Por **objetivo geral** temos o interesse de identificar quem são os segmentos de maior inserção subalterna no mercado de trabalho brasileiro, os quais se encontram vinculados a relações precárias de trabalho ou, ainda que sob garantias formais, estejam restritos a um assalariamento base insuficiente à reprodução da totalidade das necessidades de sua força-de-trabalho.

Entendemos que o mercado de trabalho brasileiro tem por formação histórica na sua composição índios, negros, mestiços e brancos, sendo estes três primeiros grupos, sobretudo no que se refere aos índios e negros, historicamente apartados da socialização do trabalho e dos espaços ocupacionais de melhor remuneração. Antes da abolição da escravidão essa força de trabalho era explorada sempre privilegiando o capital nacional e internacional. Com o advento do trabalho livre, esse segmento continuou sendo explorado, mantendo-se as altas taxas de extração de mais-valia – típicas de uma formação de caráter dependente – agora com um novo cenário: o ‘embranquecimento’ do trabalho. A importação de trabalhadores brancos e europeus se deu tanto pela facilidade de incorporação pelo mercado de uma força-de-trabalho educada na égide do capital produtivo fabril, quanto pelo sentido civilizatório que continha: a retórica liberal do trabalho digno. Partimos assim, a partir desta breve síntese da formação social do trabalho no Brasil de uma hipótese, a de que o Estado brasileiro, desde a sua constituição, eximiu-se da responsabilidade de prover políticas públicas de qualificação profissional aos nossos trabalhadores, ou se o fez, não atendeu a real demanda dessa classe trabalhadora. Acreditamos assim, que este histórico mantêm-se vivo ainda nos dias atuais pela insuficiência de respostas à qualificação e inserção dos setores ‘apartados’ ao mercado de trabalho.

Temos como **objetivos específicos** aprofundar o nosso estudo sobre a categoria trabalho, a formação social brasileira e as transformações contemporâneas no mundo do trabalho; bem como, analisar a política de trabalho no âmbito nacional e no Distrito Federal, com o intuito de identificar a possível inserção subalterna desses trabalhadores no mercado de trabalho.

A partir do método em Marx, que consiste em entender a dinâmica e o movimento desse objeto na sociedade, o que ele representa, o que ele significa, qual a sua estrutura, em qual contexto está inserido, ou seja, em suas múltiplas determinações,

organizamos este Trabalho de Conclusão de Curso em três capítulos:

No **primeiro capítulo** abordamos uma síntese da categoria trabalho na literatura marxista, decorrendo acerca da transformação do homem através do seu trabalho, a partir do momento que ele modifica a natureza e dessa forma se reconhece como um ser capaz de projetar suas intenções e capacidades – um ser teleológico. Nesse processo ele produz bens necessários para sua subsistência e produz sua vida material, reproduzindo assim, suas relações sociais, organizando-se em sociedade e estabelecendo relações de troca e de cooperação. Dessa forma, surge a divisão internacional do trabalho e a propriedade privada elementos importantes para compreensão da lei geral de acumulação capitalista. Tratamos ainda, neste capítulo, da crise estrutural do capitalismo, suas consequências para a classe trabalhadora, e da contrarreforma do Estado e a redução dos direitos sociais.

No **segundo capítulo**, tratamos da “questão social” como uma consequência dos avanços das forças produtivas do capitalismo, aumentando, assim, a pauperização da classe trabalhadora. Abordamos também a emergência do trabalho livre a partir da abolição da escravatura e a inserção subalterna dos escravos, índios e mestiços no mercado de trabalho brasileiro. Falamos da subordinação da burguesia interna à burguesia internacional, sempre com o intuito de atender aos interesses da burguesia externa, explorando a força de trabalho brasileira. E abordamos as teorias que fundamentaram a implementação das políticas sociais no país.

No **terceiro capítulo**, trazemos um panorama do mercado de trabalho a nível mundial, tomando por base as décadas de 1970 a 2000, abordando as modificações na composição e formas de empregabilidade impostas à classe trabalhadora. Exploramos também o mercado de trabalho brasileiro, nesse mesmo período, seus índices de desemprego e de ocupação, e as características de inserção da classe trabalhadora. Por fim, citamos dados referentes ao mercado de trabalho no DF, a partir da inserção dos trabalhadores através da Setrab, bem como seus programas de qualificação.

Como **metodologia** utilizamos revisão bibliográfica de autores que tratam do tema, análise das Pesquisas de Emprego e Desemprego no Distrito Federal nos anos de 2011 e 2012, e a investigação sobre a Agência de Trabalho no Distrito Federal, no sentido de compreender qual a principal demanda de emprego no DF, de onde se originam esses trabalhadores, se são reincidentes em busca de emprego, qual a rotatividade desses, entre outros questionamentos.

# CAPÍTULO I

## TRABALHO E CAPITALISMO

O atual contexto histórico do capitalismo demonstra cada vez mais as suas contradições inerentes e destrutivas, dessa forma, neste capítulo trataremos rapidamente dos aspectos mais gerais da lei geral da acumulação capitalista, por meio da análise de Marx (2011), para demonstrarmos os fundamentos do desemprego e correlacionarmos com o nosso objeto de estudo: o Sistema Público de Emprego brasileiro e sua particularidade no Distrito Federal.

### **1. O Trabalho e o Modo de Produção Capitalista**

Tendo em vista que a realidade atual demonstra taxas alarmantes de desemprego, principalmente no cenário europeu<sup>1</sup>, faz-se necessário neste primeiro capítulo identificar o movimento desigual e combinado do capitalismo, para compreendermos a dinâmica capitalista e a inserção dependente do nosso país na divisão internacional do trabalho<sup>2</sup>. Como ponto de partida para a análise do nosso objeto, buscaremos compreender neste item algumas categorias de análise de matriz marxista, necessárias para a interpretação do real, a iniciar pela categoria trabalho, tendo em vista a sua centralidade na vida social.

Entendemos como trabalho o ato de transformação da natureza pelo homem. Essa transformação, entretanto, é guiada por sua vontade, nisso se constitui a principal diferença entre os homens e os animais. O homem transforma a natureza conscientemente, através do seu trabalho. Ele passa a dominar a natureza, retirando dela o que é necessário para sua subsistência e para a produção de sua vida material, mas não se restringe à subsistência meramente orgânica. Ao transformar a natureza, o homem modifica sua própria natureza e universaliza-se para além de sua espécie, ao produzir

---

<sup>1</sup> “O desemprego na Espanha está em 26%, segundo números do fim de dezembro de 2012. Apenas a Grécia tem taxa maior de desemprego na Europa. Entre os jovens espanhóis o quadro é ainda pior que o da média da população, pois o desemprego passa de 50% nessa faixa etária”. (<http://www.valor.com.br/internacional/3029880/pedidos-de-seguro-desemprego-superam-5-milhoes-na-espanha#ixzz2MhbVYFfQ>) Acesso em 05/03/2013.

<sup>2</sup> A inserção periférica brasileira será abordada no capítulo 2.

para si, outros homens e demais animais. A diferença ainda entre homens e animais consiste em que, os homens transformam a natureza (à qual pertencem), por conhecerem suas leis e aplicá-las da maneira correta<sup>3</sup>.

Precisamente por isso, na elaboração do mundo objetivo (é que) o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas operativa, efetivamente, contemplando-se por isso, a si mesmo num mundo criado por ele.

O homem transforma a natureza em busca de um bem que possui um valor-de-uso determinado, uma “utilidade”<sup>4</sup>. Os meios para se chegar a esse bem – os instrumentos de trabalho – também participam do processo de transformação da natureza, através da mediação da ação metabólica entre homem e natureza, potencializando-a. Nesse momento de transformação da natureza o homem também se modifica. A cada necessidade suprida constituem-se novas necessidades, a cada novo processo de trabalho um maior desenvolvimento das forças produtivas e, assim, um aprimoramento constante e dinâmico da capacidade de projeção das suas intenções e finalidades – a capacidade teleológica. Por isso, pode-se afirmar que o “trabalho criou o próprio homem” e, assim, o diferenciou dos demais animais. (Engels, 2004, p.13)

Como já explicitado, o trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza. Contudo, ao distinguir-se dos animais, o trabalho humano possui elementos inerentes a esse processo, os quais são: o próprio trabalho – a atividade humana adequada a um fim; o objeto de trabalho – a matéria a que se aplica o trabalho; e o instrumental de trabalho – os meios de trabalho. Como ilustração, podemos utilizar o

---

<sup>3</sup> Ao compararmos o homem com o macaco, podemos entender como o trabalho modifica o homem. Durante a evolução do homem este percebeu a importância de utilizar suas mãos para transformar a natureza, sendo estas agora não apenas a parte orgânica do corpo. Ao utilizar suas mãos para confeccionar um artefato de guerra, ou objeto para caça e pesca, e para colheita de frutos, ele reconheceu suas mãos como instrumento de trabalho. Durante milhares de anos, esse órgão se desenvolveu, pois a habilidade de utilizar as mãos era transmitida de geração em geração. Observando o que suas mãos eram capazes de fazer, seu cérebro também se desenvolveu, pois essas não agiam de forma própria e independente). O aprimoramento do cérebro, o desenvolvimento de outros sentidos, o domínio do homem sobre a natureza, permitiu o surgimento da sociedade, e fez com que o homem se separasse definitivamente do macaco. O macaco continuou utilizando a natureza apenas para sua subsistência, o homem, ao contrário, passou a explorá-la. (Engels, 2004, p.12)

<sup>4</sup> Marx afirma que “a utilidade de uma coisa faz dela seu valor-de-uso”, essa “coisa” é a mercadoria, e só ela pode possuir valor-de-uso, suprir uma necessidade determinada socialmente. A mercadoria em si é um valor-de-uso, um bem. A realização do valor de uso se dá com o consumo ou utilização dessa mercadoria. Independente da forma social da riqueza, são os valores-de-uso que constituem seu conteúdo. (Marx, 2011, p.58)

exemplo do processo de trabalho da pesca. A vara de pescar é um instrumento de trabalho, e o peixe, a matéria prima. Do mesmo modo, o ato de pescar é o trabalho do homem. Se este usa para pescar os seus próprios braços, estes órgãos passam a ser, por sua vez, instrumentos de trabalho (Marx, 2011). O peixe após pescado é produto do trabalho, enquanto não pescado é matéria-prima, meios de produção. O peixe possui um valor de uso, servirá para alimentar alguém. O peixe pode ser considerado matéria prima e/ou produto, a depender de sua inserção no processo produtivo. Mas, em todas essas etapas ele possui também um valor de uso.

O trabalho é condição fundante do homem, caso contrário, não existiria a humanidade. O homem aprendeu a transformar a natureza através do seu trabalho, ao perceber que poderia modificá-la para extrair dela não só alimentos, mas instrumentos para criar sua vida material. Nesse processo de transformação da natureza, ele se transformou, compreendeu que a natureza poderia lhe servir, dessa forma evoluiu física e intelectualmente. Mais do que isso, compreendeu que transformar a natureza significava produzir bens necessários para sua existência, mas também necessários a si e as suas relações sociais. “Por isso os homens são radicalmente históricos e radicalmente sociais, isto é, são eles que se criam inteiramente a si mesmos e a toda a realidade social, através da atividade coletiva.” (Marx e Engels, 2009, p.13)

Ao produzirem seus meios de subsistência os homens produzem também sua vida material e, conseqüentemente, suas relações sociais. Essas relações diferem de nação para nação de acordo com o grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno. Entendemos por divisão do trabalho a separação entre trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, em decorrência da separação entre cidade e campo. Devido aos interesses desses setores, pequenos grupos se formaram a partir dessa divisão e passaram a cooperar entre si. Em “A ideologia alemã” (2009), Marx e Engels afirmam que as diferentes formas de propriedade são determinadas pelas fases da divisão do trabalho, que, por sua vez, determina as relações dos indivíduos entre si, tanto no que diz respeito ao material, ao instrumental e ao produto do trabalho, como também à divisão espiritual do trabalho: a formação da consciência e suas expressões (a ideologia, as instituições mitificadoras do real, etc.).

É a atividade material do homem que determina quem ele é, suas ideias, suas representações, sua consciência. O desenvolvimento do homem se deu de acordo com o desenvolvimento de suas forças produtivas, a troca material com outros homens se deu

a partir do desenvolvimento destas. Parte-se dos homens vivos, em sua atividade real, e não dos homens imaginados para que haja história:

Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 2009, p.32).

Marx e Engels (2009) abordam o aspecto das relações entre os homens. Afirmam que para que estes façam história eles precisam ter condições de viver, ou seja, precisam reproduzir a própria vida material: comer, beber, vestir, habitar. A satisfação dessas primeiras condições conduz a novas necessidades. A renovação da vida dia a dia faz outros homens, ou seja, eles se reproduzem, surge a relação entre homem e mulher, pais e filhos: a família. A produção da vida material do homem surge assim como uma dupla relação: uma relação natural, dele com a natureza; e relação social, dele com outros indivíduos. Essa última pressupõe uma necessidade de cooperação, essa cooperação entre indivíduos é por si mesma uma força produtiva, impulsionando os homens à formação da sociedade, por suas relações de troca e de cooperação.

A princípio, a divisão do trabalho era estritamente sexual, posteriormente em virtude da disposição natural (força física), do desenvolvimento das forças produtivas e da constituição de novas necessidades esta se complexificou. Em outras palavras, “a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual” (Marx e Engels, 2009, p.45).

No “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels (2011) situam historicamente o surgimento do capitalismo. Consideramos importante, ainda que de forma sintética, retomar aqui essa discussão. Ao fim do período feudal, a descoberta da América, os mercados da Índia e da China, o avanço das navegações, a colonização dos países americanos, a troca de mercadorias entre os continentes abriram campos de atuação à nascente burguesia. As necessidades aumentavam com o crescimento dos novos mercados e o modo de exploração existente na sociedade feudal não as supria:

Os mercados continuaram crescendo e as necessidades aumentando. Também a manufatura não dava conta. Então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. No lugar da manufatura surgiu a grande indústria moderna; no lugar dos pequenos produtores, os industriais milionários, os chefes de exércitos industriais inteiros, os burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial (Idem, p.41).

À medida que se desenvolviam o comércio, a navegação, a comunicação, a indústria e os meios de produção, desenvolvia-se também a burguesia. Esta aumentou seus capitais e colocou num segundo plano todas as classes deixadas pela Idade Média. “A burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca.” (Marx e Engels, 2011, p. 41)

Ao revolucionar os modos de produção, a burguesia revolucionou também as relações de produção e conseqüentemente as relações sociais. Por necessitar de novos mercados para comercializar seus produtos, a burguesia foi impulsionada a todo o globo terrestre, criou vínculos em cada parte. A exploração de mercados mundiais deu à produção e ao consumo burguês um caráter cosmopolita, as antigas indústrias nacionais foram suplantadas por novas indústrias, as antigas necessidades, tanto de consumo quanto de produção deram lugar a novas necessidades. Por isso todas as nações são obrigadas, sob pena de absoluta extinção, a adotar o modo de produção burguês.

Como sua antítese, o desenvolvimento da burguesia, ou seja, do próprio capitalismo, desenvolveu também a classe trabalhadora. O operário passou a existir tal qual uma mercadoria. Sua existência se dá na medida em que encontra trabalho e ele só encontra trabalho na medida em que seu trabalho aumenta o capital. A divisão do trabalho e da maquinaria leva o trabalho do proletário a perder todo seu caráter independente, ele se torna um simples acessório da máquina (Marx e Engels, 2011, p.48). Sobre a propriedade privada, o trabalho do proletário não satisfaz as suas necessidades, seu trabalho assalariado cria capital para quem ele trabalha, produz riqueza para o “outro”. E esse capital aumenta à medida que gera novo trabalho assalariado para voltar a explorá-lo. “A propriedade atual move-se do antagonismo entre capital e trabalho assalariado” (Idem, Ibidem). Os autores afirmam ainda que:

Ser capitalista significa ocupar na produção não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento pela atividade comum de muitos membros da sociedade e mesmo, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência pessoal; é uma potência social. Assim o capital é transformado em propriedade comum pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ela perde seu caráter de classe. (Ibidem, p.58)

Comprendemos como trabalho, portanto, não apenas a transformação da natureza pelo homem, mas, principalmente, a transformação do homem pelo trabalho. Após o desenvolvimento do homem pelo trabalho – expresso no desenvolvimento da linguagem e das forças produtivas – o homem passou a dominar a natureza. Isso



propiciou avanços na humanidade, iniciados pela descoberta do fogo, da roda, da agricultura, pecuária e produção de novos alimentos. A humanidade dividiu-se em tribos, submeteu outros povos à escravidão, avançou mares e céus sempre com a finalidade de exploração de matérias primas ou de outros povos. O trabalho submetido à propriedade passou a ser instrumento de exploração. O homem compreendeu que sua força de trabalho era valor de troca - mercadoria - submetida à destituição alheia.

O trabalhador utiliza o mundo externo (a natureza) para produzir mercadorias que não são suas, apesar de aplicar nelas sua força de trabalho, pois essas mercadorias são agora do burguês, dono dos instrumentos de trabalho e da força de trabalho. Quanto mais o trabalhador produz, menos ele pode consumir, mais distante ele fica daquele objeto que criou. O valor que o trabalhador recebe pelo seu tempo de trabalho é muito menor do que o que ele gastou para produzir determinada mercadoria, o capitalista utiliza do trabalho não pago do trabalhador (mais-valia) para obter lucro, convertido em capital a partir da inserção desta mercadoria na circulação. Uma vez que o trabalhador não recebe o valor correto pelo seu tempo médio de trabalho, além de alienar-se do objeto o qual produziu, ele reconhece nesse objeto seu opressor, isso é o estranhamento. A propriedade privada é a consequência do trabalho externo do homem com a natureza e consigo mesmo. O estranhamento a esse trabalho significa estranhamento do homem com a natureza, do homem com si mesmo, e dele com o seu produto. (Marx, 2004).

Desta forma, a composição do capital é determinada pela relação entre os meios de produção existentes e pela quantidade de trabalho a eles empregados. O capital se divide em capital constante (os meios de produção), e capital variável (a força de trabalho). Essa divisão determina o valor das mercadorias. A diferença entre os capitais está em sua composição. O que agrega valor ao capital é sua parte variável, ou seja, a força de trabalho através do trabalho não-pago objetivado nas mercadorias. Essa força de trabalho precisa continuamente ser incorporada ao capital como forma de expandi-lo e garantir o seu movimento de produção e reprodução ampliada.

O capitalista não compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades do trabalhador, mas para satisfazer as suas necessidades, ou seja, acumular mais capital. Ele vende as mercadorias que o trabalhador produziu sem que esse tenha recebido por todo o seu tempo de trabalho despendido. Dessa forma, o capitalista extrai a mais valia do trabalhador e obtém seu lucro, esta é “a lei absoluta do modo de produção capitalista”. Para Marx (2011, p.722), “A força de trabalho só é vendável quando

conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional”.

Percebemos que a acumulação de capital se dá pelo constante acréscimo da parte variável à sua composição. A procura por força de trabalho se faz diante das necessidades do capitalista. Quando ele não precisa mais daquela força de trabalho, quando subtraiu tudo que ela poderia fornecer de mais valia, ele a dispensa. Com isso, cria-se uma população trabalhadora excedente, o *exército industrial de reserva*. Essa população sobranete é condição de existência para o próprio sistema capitalista, pois está sempre disponível para ser explorada e contribui para que os trabalhadores empregados aceitem as condições de trabalho impostas a eles.

Nesta perspectiva, o desemprego não cresce com o aumento populacional ou com o aumento da força de trabalho, mas com o avanço das forças produtivas. O desenvolvimento dos instrumentos de trabalho e o aumento da jornada do trabalhador colocam na “rua” milhares de outros trabalhadores. O avanço tecnológico deixa sem emprego não apenas os “antigos” trabalhadores, mas também os “novos” trabalhadores, que não serão absorvidos pelo mercado de trabalho; assim como, o aumento da jornada de trabalho também restringe que novos postos de trabalho surjam e submete os trabalhadores a precárias condições de trabalho. Os capitalistas avançam no processo de acumulação e desenvolvem novas formas de expropriação de mais-valia<sup>5</sup>.

A superpopulação relativa, segundo Marx (2011), é composta por três matizes: a população flutuante (ou líquida), aquela que ora está empregada, ora está desempregada, mas não fica muito tempo sem emprego; a população latente, aquela que compõe o setor rural, que se movimenta pelo êxodo rural; e a população estagnada, que são trabalhadores que não conseguem emprego formal. O exército industrial de reserva serve ao capitalismo por fazer com que os trabalhadores empregados aceitem as condições de trabalho impostas a eles pelo risco iminente de perda dos postos de

---

<sup>5</sup> A produção de mais-valia pode se realizar em duas dimensões: mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho, com apropriação pelo capitalista do trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. A mais valia relativa, caracterizada pelo prolongamento do trabalho excedente, dá-se através do incremento tecnológico na produção, o qual encurta o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção de mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (Marx, 2011, p. 578)

trabalho. Entre essas condições estão as situações precárias e insalubres de trabalho, além dos baixos salários.

Entretanto, essa população desempregada precisa consumir, não só para sobreviver e manter reduzido o valor do trabalho social médio, mas para manter o próprio sistema capitalista que apenas se reproduz devido à circulação de mercadorias. A partir de tal reflexão, apresentamos o seguinte questionamento, necessário à análise do nosso objeto: *Como permitir que os indivíduos consumam sem que trabalhem, e como empregar todos, se a condição de existência do capitalismo é manter sob seu controle o exército industrial de reserva?*

## **1.2 A Crise estrutural do Capital**

O fordismo – enquanto um padrão de acumulação do capital – surgiu no início do século XX como uma resposta às crises cíclicas que se impunham ao modelo liberal clássico, de forma a regular o modo de produção capitalista. Sua principal característica é a produção em massa, concomitante a uma empregabilidade em massa. A garantia de uma jornada de trabalho de oito horas diárias para os trabalhadores inseridos nas grandes indústrias dos países centrais permitiu não apenas a concretização de uma bandeira histórica, mas possibilitou a esta classe o privilégio do tempo livre, agora direcionado para o consumo. O fordismo trouxe consigo, portanto, a produção, o emprego e o consumo em massa. Esse modelo, caracterizado pela produção e consumo de bens duráveis, introduziu como novidade um novo sistema de reprodução da força de trabalho.

Esta nova forma de reprodução do trabalho tinha por sujeito central o Estado. Em 1929 o capitalismo vivencia sua primeira grande crise, uma crise de superacumulação, ou seja, existiam produtos, mas não existia demanda para o consumo desses produtos. O capitalismo precisou regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. Para tanto, a hipotética auto-regulatória “mão do mercado”, tão preconizada pelos liberais, demonstrava insuficiência para explicar a realidade concreta<sup>6</sup>. Como resposta a crise cíclica, constituiu-se uma política de intervenção

---

<sup>6</sup> Marx (apud Behring e Boschetti, 2011, p.54-55) afirma que a luta dos trabalhadores pela redução da jornada de trabalho dentro das fábricas, na segunda metade do século XIX, obrigou o Estado a reprimir os trabalhadores e também a regulamentar as relações de produção, por meio da legislação fabril. As primeiras expressões da questão social são a luta pela redução da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado.

estatal através do modelo keynesiano-fordista, o qual permitiu ao capitalismo um avanço por um longo período, do pós- guerra de 1945 até aproximadamente 1973. Esse período é marcado por grandes lucros das empresas, e políticas sociais para os trabalhadores. A combinação do modo de produção fordista à proposta keynesiana para sair da crise de 1929, propiciou um avanço significativo ao capitalismo.

John Keynes preocupado em compreender a crise de 1929 e em encontrar soluções para ela propôs uma maior intervenção do Estado na economia para reativar a produção. Dessa forma, rompia parcialmente com os princípios liberais, mas sem romper com o capitalismo, ou mesmo defender a socialização dos meios de produção. Keynes defendia a liberdade individual e a economia de mercado, mas fora da lógica liberal conservadora da época da época:

Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, de elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal *stricto sensu*. São eles: a planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (Behring, Boschetti, 2011, p. 86)

Após a segunda grande guerra, o cenário mundial passou por transformações. As tecnologias utilizadas para uso da guerra transformaram-se em meios de produção, surge um forte aumento de produtos duráveis, assim como um avanço na urbanização das cidades. Para que o fordismo se expandisse, foi necessária uma transformação nas relações de classe, de forma que o Estado mudaria também o seu papel de intervenção, através das orientações keynesianas. Os países de capitalismo avançado, durante os 30 anos que se seguiram à segunda grande guerra, investiram na expansão de políticas sociais e na universalização de direitos sociais ligados ao trabalho, configurando assim um “Estado social”, de dupla feição:

(...) o keynesianismo e o fordismo, associados, constituem-se os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-1945 com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão da vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital. (Behring, Boschetti, 2011, p.88)

O período pós-1945 até o início dos anos 1970 é considerado como a constituição da fase madura do capital monopolista. Nessa fase, esse sistema teve

muitos avanços, tanto no seu modo de (re)produção, quanto de acumulação, principalmente devido à descoberta de novas tecnologias. Entretanto, se este foi um período de ganhos para o capitalismo e de avanço de políticas sociais para a classe trabalhadora, o embate entre capital e trabalho, ainda que contido, permaneceu latente, sobretudo, pela força do movimento sindical.

O Welfare State se consolidou nos países de capitalismo avançado, a partir da necessidade da burguesia de realizar concessões e acordos para manter as altas taxas de lucro a partir da exploração da força de trabalho. Por outro lado, o operariado secundarizou a pauta de mudanças societárias radicais em prol de reformas imediatistas, por via das políticas sociais. Os ganhos a partir de acordos coletivos em torno da produtividade e da expansão das políticas sociais permitiu aos trabalhadores uma melhora nas condições de vida fora da fábrica, incluindo aumento do consumo e do lazer, praticamente inexistentes anteriormente. Nesse período os trabalhadores também tinham a sensação de estabilidade de emprego, pois existia (ou se fazia acreditar) o pleno emprego. Tal conjuntura diminuía a radicalidade das lutas dos trabalhadores, fazendo-se acreditar que era possível a combinação de acumulação com certos níveis de desigualdades. (Behring, Boschetti, 2011, p. 87-88)

O fordismo era compreendido como um padrão de acumulação rígido. Segundo Harvey (2001, p.135), os seus limites estavam nos problemas com a rigidez dos investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento<sup>7</sup>. A única resposta flexível estava na política monetária, em sua capacidade de imprimir moeda o suficiente para manter a economia estável. Essa rigidez do modo de produção e a política monetária “frouxa” impediram o avanço do capitalismo após 1973, fazendo o capital vivenciar uma nova crise (Harvey, 2001, p. 135-136).

Segundo Marx, pela *lei geral da acumulação capitalista*, a dinâmica do capitalismo é propensa a crises. Esse modo de produção sobrevive e se reproduz através da exploração da força de trabalho, com isso ele extrai mais-valia dos trabalhadores e gera lucros. Entretanto, esse sistema precisa manter sob seu controle um exército industrial de reserva, não apenas para pressionar os trabalhadores empregados a

---

<sup>7</sup> O fordismo também era considerado rígido por seu processo de produção, que contava com produção em série, com uniformidade e padronização. Seus estoques eram em grandes quantidades, necessários para um padrão de consumo em massa. Os trabalhadores, em sua maioria, realizavam uma única tarefa, e essas tarefas eram especializadas. O trabalho era organizado verticalmente e as relações trabalhistas eram regulamentadas e suas negociações feitas de forma coletiva.

aceitarem as condições de trabalho impostas a eles, mas também porque não existe pleno emprego no sistema capitalista. Manter essa população trabalhadora excedente, ao mesmo tempo que significa explorar mais aqueles que trabalham, significa também evitar o consumo de mercadorias por aqueles que não trabalham. Contudo, o capitalismo precisa escoar sua produção de mercadorias, quando isso não acontece, surgem crises de superacumulação:

A expansão súbita e intermitente da escala de produção é condição para sua contração súbita; esta provoca novamente aquela, mas aquela é impossível sem material humano disponível, sem aumento dos trabalhadores, independentemente do crescimento absoluto da população. Esse aumento é criado pelo simples processo de “liberar” continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada. Toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados. A superficialidade da economia política evidencia-se, entre outras coisas, na circunstância de ela considerar causas do ciclo industrial a expansão e a contração do crédito, simples sintoma das alternativas do ciclo industrial. (Marx, 2011, p. 736)

Marx (apud Harvey, 2001, p.169-170) afirmava que tais características, presentes na citação acima, são condições necessárias ao modo de produção capitalista, e em si mesmas inconsistentes e contraditórias, e que por isso, a dinâmica do capitalismo é necessariamente propensa a crises, considerando que a tendência a superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. As crises que surgiram em 1929 e 1973 foram crises de superacumulação.

O ano de 1973 foi marcado por uma grande deflação (necessidade de diminuir o papel moeda em circulação). As corporações viram-se obrigadas a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. As décadas de 70 e 80 precisaram passar por uma reestruturação econômica e social, buscando, principalmente, novos modos de acumulação de capital. Isso se deu com a crise do fordismo, seu modelo de rigidez já não sustentava mais a acumulação capitalista, foram necessárias algumas medidas para que o capitalismo se mantivesse.

Como ressaltado, a acumulação capitalista fundamenta-se nos lucros obtidos com a extração de mais-valia da classe trabalhadora. Parte desses lucros é revestido em novos meios de produção, e parte são investidos como capital fictício. Harvey (2001, p.175) chama de “deslocamento temporal” a necessidade desse capital investido gerar lucros num tempo cada vez menor. Uma outra saída para a crise foi a busca por novos

espaços de exploração de força de trabalho, de modo a reduzir os custos da produção capitalista, especialmente através da migração do capital produtivo para países cuja garantia de direitos e base organizativa dos trabalhadores fosse frágil. O “capitalismo é uma força constantemente revolucionária da história mundial”, por isso ele está sempre se reinventando, e a acumulação flexível mostra-se como a mais recente reconfiguração desse sistema. (Harvey, 2001, p. 175-176)

Nesse sentido, o modo de produção toyotista consolidou-se como a nova forma de acumulação do capital. Este modelo que surgiu após a segunda guerra mundial, de forma a reestabelecer a economia japonesa, também contribuiu para reconstruir o país que ficou destruído na segunda guerra mundial. A fábrica de automóveis Toyota era de propriedade de Taiichi Ohno e teve crescente desenvolvimento após a visita de seu engenheiro responsável, Eiji Toyoda, às fábricas automobilísticas de modelo fordista na década de 1950, nos EUA. Os dois iniciaram pesquisas para desenvolver um modelo de produção que superasse os erros de gastos desnecessários encontrados no fordismo, dessa forma surgiu o *Just in time*. Em pouco tempo a Toyota se transformou em uma grande fábrica de automóveis, colocando o Japão como segunda potência mundial.

Harvey (2001, p. 140) chama de acumulação flexível um modelo que confronta com o fordismo, pois:

(...) se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

No decorrer deste século XXI, na grande indústria capitalista, o processo de trabalho predominante é o taylorismo em conjunto com o fordismo. Temos no fordismo a produção em massa, com suas linhas de montagem em série, controladas pelo cronômetro taylorista. Mas, que coexistem, como medida necessária à produção de mercadorias, com processos de trabalho parcelar e fragmentado das funções “da separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril” (Antunes, 2010, p.25).

Antunes (2010), apoiando-se em Harvey, afirma que o “núcleo essencial do fordismo manteve-se forte até pelo menos 1973”, durante este período os padrões de vida da classe trabalhadora e os lucros capitalistas mantiveram-se estáveis. Entretanto,

após a crise de recessão iniciada neste ano, o processo de acumulação do capital passou por transições. O padrão de acumulação fordista era rígido. Viu-se necessário um novo padrão de acumulação: a acumulação flexível. Esta deveria apoiar-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Deveria também buscar nos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Antunes, 2010, p. 28)

Seu modelo de produção era caracterizado por sua produção em pequenos lotes, sem estoques, e com controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de defeitos). Existia controle do tempo de trabalho, articulado a uma produção voltada para a demanda. Os trabalhadores das fábricas toyotas exerciam múltiplas tarefas. A organização do trabalho era de maneira horizontal. Existia segurança de emprego para os trabalhadores centrais, e nenhuma segurança para os trabalhadores temporários. Havia integração espacial. As relações trabalhistas eram desregulamentadas e flexíveis, as negociações eram feitas de maneira individualizada. (Harvey, 2001, p. 167 – 169).

O toyotismo propiciou uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o capital busca novos espaços físicos para continuar sua busca por acumulação. As grandes indústrias capitalistas buscam em países de capitalismo periférico novos espaços físicos para se instalarem, explorando não apenas o ambiente natural desses países, mas, principalmente, sua força de trabalho. Essa é uma das principais características implementadas pelo capitalismo para sair da crise da década de 1970: explorar a classe trabalhadora de países menos desenvolvidos, pois essa é mais barata, e esses trabalhadores, por estarem em condições precárias, aceitam quaisquer condições de trabalho. A exploração de matérias primas e da força de trabalho desses países possibilitou ao capital reduzir seus custos de produção. Entretanto, essa é uma solução temporária, pois o resultado, a longo prazo, será o “aumento da competição internacional e inter-regional, com os países e regiões que tem menos vantagens sofrendo as mais severas consequências”. (Harvey, 2001, p. 172)

Deste modo, o capital consegue ampliar o trabalho vivo em várias áreas, e reduzi-lo em outras. A isso, Antunes (2010, p. 103) chama de “perenidade” do trabalho. Tanto nos países centrais quanto nos periféricos, homens e mulheres exercem trabalhos parciais, temporários, precários, ou já vivenciam a “barbárie” do desemprego.

Segundo Vasapollo (2006) a flexibilização é considerada uma das alternativas para combater o desemprego. Nela consiste a liberdade da empresa para despedir



empregados, reduzir ou aumentar o horário de trabalho, pagar salários mais baixos, subdividir a jornada de trabalho, contratar trabalhadores em regime temporário. Entretanto, isso são imposições à classe trabalhadora. O trabalho padrão é compreendido da seguinte forma: o horário previsto é o de tempo integral; a assunção para os trabalhadores empregados e o início da atividade autônoma para os trabalhadores independentes têm tempo e lugares determinados; há uma grande diversidade de posição e papel entre quem trabalha como empregado formal e quem é independente. Sob a flexibilização do trabalho, novas formas de trabalho surgem, entre eles o trabalho atípico. Neste, essas três características desaparecem. (Ibidem, p.49)

A flexibilidade das leis trabalhistas e o avanço do neoliberalismo minaram o poder de organização da classe trabalhadora e sua resistência através dos sindicatos, principalmente após a crise no início de 1970. Mas mesmo antes desse período, observamos a cooptação de lideranças sindicais em países como o Japão. Na década de 1950, os trabalhadores japoneses eram combativos e organizados sindicalmente. Duas grandes greves foram organizadas por seus sindicatos, uma em 1950, que buscou combater a demissão em massa estabelecida pela Toyota; e outra em 1952/53 que lutou por aumento salarial; ambas derrotadas e seus líderes perseguidos. As empresas aproveitaram-se da desestruturação da organização desses trabalhadores e construíram o que diferenciaria o sindicalismo japonês: “o sindicalismo de empresa, sindicato-casa”, intrinsecamente ligado aos patrões. (Antunes, 2010, p. 31-32)

Essa foi a condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa e, em particular, da Toyota. Combinando repressão com cooptação, o sindicalismo de empresa teve, como contrapartida à sua subordinação patronal, a obtenção do emprego vitalício para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 30% da população trabalhadora) e também ganhos salariais decorrentes da produtividade. (Antunes, 2010, p. 32)

A década de 1980 é caracterizada por novos processos produtivos, o fordismo e o taylorismo já não são os únicos, temos agora o neofordismo, o neotaylorismo e o pós-fordismo<sup>8</sup>. As indústrias buscam novas modalidades de gestão da força de trabalho, tais como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ'S), gestão participativa, busca da qualidade total. O toytismo mescla-se ou substitui o padrão fordista dominante, sendo estabelecidas formas transitórias de produção.

---

<sup>8</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? , 2010, p. 23

Harvey (2001) afirma que a acumulação flexível mantém três características desse modo de produção: é voltado para o crescimento; este crescimento em valores apoia-se na exploração do trabalho no universo da produção e o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. Para o autor a nova forma organizacional do modo de acumulação capitalista permitiu que, com o avanço de novas tecnologias, como a robótica, surgissem excedentes de força de trabalho, isso fez retornar estratégias de mais-valia absoluta, mescladas com a mais-valia relativa, viável até mesmo nos países de capitalismo avançado<sup>9</sup>. Este fenômeno deve-se a diminuição das margens de viabilidade produtiva do capital. Pois, considerando que o capital apenas é produzido pelo mais-valor gerado através da exploração do trabalho, o retorno à mais-valia absoluta torna-se uma medida necessária para a viabilidade da dinâmica de superacumulação em tempos de redução do operário fabril<sup>10</sup>.

Como já citado, a principal característica do fordismo era a produção em série e em massa. No toyotismo, o que prevalece é a produção baseada num estoque mínimo. O que garante o melhor aproveitamento do tempo de produção é o chamado ‘*just in time*’. O toyotismo rompe com a relação presente no fordismo de um homem/uma máquina. Nesse, o operário deve ser capaz de manusear várias máquinas. Coriat (*apud* Antunes, 2010, p. 33) afirma que os trabalhadores no toyotismo são ‘multifuncionais’, ou seja, possuem capacidade de operar várias máquinas de maneira simples, adquirindo atribuições diferenciadas em um mesmo processo produtivo. O sistema toyotista propicia uma flexibilização não apenas do aparato produtivo, mas também da organização dos trabalhadores. Esse sistema contribui ainda para uma maior exploração da classe operária, uma vez que a produção deve seguir um ritmo intenso. O toyotismo é a expressão da flexibilização do trabalho, visto que é operado com número reduzido de

---

<sup>9</sup> O toyotismo, possui segundo Coriat (*apud* Antunes, 2010, p. 29) quatro fases, são elas: a primeira é a introdução, na indústria automobilística japonesa, da experiência do ramo têxtil, dada especialmente pela necessidade de o trabalhador operar simultaneamente com várias máquinas; a segunda é a necessidade da empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores; a terceira é a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban* (reposição dos produtos somente após sua venda); a quarta é a expansão do método *kanban* para as empresas subcontratadas e fornecedoras. Além dessas características, este modelo possui a “necessidade de atender a um mercado interno que solicita produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas as condições limitadas do pós-guerra no Japão” (Antunes, 2010, p. 31).

<sup>10</sup> Sobre o “tempo de trabalho necessário” e a “emancipação pelo ‘tempo disponível’” Mészáros (2006) afirma que para que o capitalismo se mantenha ele precisa explorar a força de trabalho, permitir que os trabalhadores consumam (em seu tempo livre), e manter sob seu domínio uma parcela de trabalhadores desempregados. Compreendemos nisso a contradição do sistema capitalista: explorar os trabalhadores através do aumento da mais-valia absoluta os impede de ter tempo livre, sem tempo livre (ou desempregados) eles não podem ou restringem seu poder de consumo.

trabalhadores, ampliando-se horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratações. Antunes (2010, p.47) afirma que essas transformações no mundo do trabalho tem como consequência o “desemprego estrutural”.

Se por um lado houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional, por outro ocorreu ampliação do trabalho assalariado, a partir do aumento do setor de serviços; tivemos também a heterogeneização do trabalho, expressa pela incorporação do contingente feminino no mundo operário; além disso, ocorreu a subproletarização intensificada, devido a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”. Antunes (2010) conclui que esse movimento é uma “processualidade contraditória”, pois ao mesmo tempo que diminui o operariado fabril, aumenta o subemprego. A esse processo o autor afirma haver uma “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora”. (Ibidem, p. 47)

Desta forma, podemos afirmar que o que essas categorias de trabalhadores têm em comum é “a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho e a conseqüente regressão dos direitos sociais, além da ausência de proteção e expressão sindicais” (Antunes, 2010, p. 49-50).

## • O Desemprego Estrutural

Diante da reestruturação do modo de produção capitalista, no sentido de buscar novas formas de acumulação com menos custos, a classe trabalhadora é levada a novas formas de exploração, como se a mesma fosse responsável pelos “custos inevitáveis da modernização”. A expansão capitalista justificou milhões de pessoas sendo empurradas para à periferia da sociedade, jogadas à própria sorte, responsabilizadas por não terem qualificação e conseqüentemente empregos, sua “inutilidade” seria culpa delas próprias (Mészáros, 2006, p. 67-68).

Entretanto, desconsideraram que o próprio avanço das forças produtivas aumentou esse exército industrial de reserva. E esse aspecto precisava mesmo ser desconsiderado, pois reconhecê-lo seria retirar do sistema capitalista seu controle exercido sobre a classe trabalhadora (controle social). Os pensadores capitalistas mais se preocuparam em escrever sobre o crescimento, o desenvolvimento e a modernização desse sistema, do que compreender os limites e contradições do avanço desse modo de

produção. E isso era justificado para influenciar a superficialidade do consumo pela classe trabalhadora e a “mais desumana exploração” desta. (Mészáros, 2006, 68)

Essa tendência capitalista à modernização não significa que trabalhadores não qualificados e qualificados não possam conviver, esse fator, na verdade, se apresenta como uma vertente da crise estrutural do capital. Pois a busca desenfreada por lucros pelos capitalistas, faz com que os trabalhadores qualificados disputem as escassas vagas com outros trabalhadores também qualificados, e aqueles que não conseguem emprego se juntam aos desempregados não qualificados. Essa é mais uma demonstração da contradição do sistema capitalista: as conquistas tecnológicas de seu desenvolvimento são capazes de produzir o subdesenvolvimento da classe trabalhadora. Dessa forma, as consequências recaem não apenas sobre aqueles trabalhadores jogados à periferia da sociedade, mas aos trabalhadores qualificados e não qualificados, ou seja, a totalidade da força de trabalho da sociedade. Nesse sentido, quando as contradições não podem ser superadas, o capital busca explorar ainda mais a força de trabalho empregada.

Observamos, ao fim do século XX, como resultado da crescente exploração dos trabalhadores empregados e da contradição do avanço das forças produtivas do capital, além da predominância da ideologia neoliberal (que trataremos mais adiante), um aumento do tempo médio por procura de emprego nos países industrializados, e o crescimento do desemprego nos países periféricos, amortecido pelo mercado informal e subestimado pelas estatísticas oficiais. O desemprego, dessa maneira, é visto como “natural” devido à reestruturação capitalista (Meneleu Neto, 1996, p. 75-76).

Podemos afirmar que a crise estrutural do sistema capitalista, além do aumento das desigualdades sociais, tem como característica dominante o desemprego. Mészáros (2006) chama de “globalização” do desemprego e do “trabalho temporário” o aumento desses fenômenos após a crise financeira de 1970. A globalização foi propagada como algo benéfico, mas na verdade reproduz a contradição do capitalismo: a necessidade do aumento de mercado consumidor, ao mesmo tempo em que aumenta o exército industrial de reserva.

Entendemos que no ideário popular os países de capitalismo avançado estão imunes ao desemprego e às desigualdades sociais, entretanto, as crises cíclicas do capitalismo demonstram o contrário. Os EUA, na década de 1990, tinha aproximadamente 19% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza. A Grã-Bretanha, no mesmo período, teve sua taxa de desemprego multiplicada por dez. Nem mesmo a China, com sua política e economia controlada está livre do desemprego,

documentos oficiais afirmam que em poucos anos o desemprego nesse país atingirá níveis alarmantes, podendo provocar “explosões sociais” (Mészáros, 2006).

Ainda a respeito do desemprego, segundo Mészáros (2006), essas taxas podem estar sendo falsificadas ou redefinidas. Nos mesmos anos de 1990, os índices oficiais na Grã-Bretanha não informam que empregos de 16 horas semanais foram computados como empregos regulares. E no Japão, trabalhadores que recebem salário por até uma hora trabalhada na última semana do mês estão fora das estatísticas do desemprego. O autor afirma que a manipulação desses índices serve de interesse ao capital para reafirmar a necessidade da flexibilização do trabalho, e esconder “as sérias implicações decorrentes da expansão e da acumulação do capital”.

Reportagem recente afirma que o desemprego nos EUA está em 7,4%.<sup>11</sup> O setor de manufatura nesse país regrediu com o avanço da economia chinesa e coreana. O Boston Consulting Group - um dos principais defensores do renascimento da manufatura americana - prevê um aumento nas exportações dos Estados Unidos, impulsionado em parte por custos menores de energia e salários estagnados. No momento, aproximadamente 12 milhões de americanos estão empregados diretamente na manufatura - 20 anos atrás eram 17 milhões. A longa recessão na Europa, a queda no crescimento na China e a valorização do dólar vêm prejudicando os exportadores dos EUA, mas muitos conseguiram aumentar suas vendas no exterior. A Harley-Davidson, por exemplo, continua aumentando seu número de revendedores em outros países. Assim como muitos fabricantes americanos, a Harley reformulou suas operações desde a recessão de 2008 e 2009 e criou uma força de trabalho menor e mais flexível.

O maior medo das autoridades monetárias europeias é que a Europa passe por uma "recuperação sem criação de empregos", com empresas adiando contratações para manter os custos baixos, o que deprimiria mais o consumo. Apesar da melhoria na produção industrial e na atividade das empresas, o desemprego continua alto, com índice recorde de 12,1% em junho de 2013, segundo a Eurostat. O desemprego em países periféricos da zona do euro, como Itália, Espanha, Portugal e Irlanda, caiu no mesmo período 0,1%. Este declínio, porém, deverá ser temporário em países como a Espanha, cujo mercado de trabalho é influenciado pela temporada turística de verão. Segundo Janet Henry, economista do HSBC<sup>12</sup>:

---

<sup>11</sup> <http://www.valor.com.br/internacional/3237424/comercio-exterior-dos-eua-serecupera#ixzz2cXwFjHJ>  
T. Acesso em 20/08/2013

<sup>12</sup> <http://www.valor.com.br/internacional/3232500/zona-do-euro-comeca-sair-da-recessao#ixzz2cXynbOo>

Não acreditamos que a queda no desemprego na periferia vai necessariamente ser sustentável nos próximos meses, daí que ainda acreditamos que o desemprego da região do euro pode subir um pouco mais, mas isso sugere que o pior do ajuste no mercado de trabalho ficou para trás.

Verificamos que nos países de capitalismo “avançado”, após a crise financeira de 2008, ocorreram ajustes para tentar resolver o problema do desemprego. Esses ajustes consistiram em flexibilizar as relações trabalhistas, como no caso dos EUA. E, no caso da Europa, as empresas têm recorrido a empréstimos bancários para garantir empregos e permitir que a população consuma. Essa é a lógica e a contradição capitalista: penalizar a classe trabalhadora e manter, ainda que em limites subsidiários, seu consumo de mercadorias.

“A questão não é se o desemprego ou o ‘trabalho temporário flexível’ vai ameaçar os trabalhadores empregados, mas quando estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização” (Mészáros, 2006). O autor afirma que o sistema capitalista “expele” a classe trabalhadora do processo de trabalho, esse é o sentido da globalização do desemprego. O sistema capitalista possui o desemprego como uma característica dominante, entretanto, a busca desenfreada por lucros faz dessa característica um fenômeno mundial, que produz cada vez mais desigualdades sociais.

Para Harvey, a classe trabalhadora pós-flexibilização está estratificada em grupos diferenciados, a partir de sua inserção no mercado de trabalho:

O centro - grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõem de empregados “em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização”. Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (...) A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “o que torna as reduções da força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo

ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico” (Harvey, 2001, p. 144).

Segundo Harvey (2001, p. 144-145), a tendência atual dos mercados de trabalho é constituir um novo perfil de força de trabalho empregada, que entre com mais facilidade e seja demitida sem custos. Movimento este que incide diretamente e de modo negativo nas relações trabalhistas e organização da classe trabalhadora, cada vez mais fragilizada.

### • A Contrarreforma do Estado

O período pós-guerra foi responsável pelos “anos de ouro” do capitalismo e também por uma nova teoria econômica e política: o neoliberalismo. Seu precursor foi Friedrich Hayek com o texto *Caminho da Servidão*, em 1944. O autor criticava veementemente qualquer limitação dos mecanismos de mercado pelo Estado, e afirmava que tal intervenção era uma ameaça letal à liberdade econômica e política. Hayek teve entre seus apoiadores aqueles que criticavam o Estado de bem estar europeu e os inimigos do New Deal norte americano. Estes formaram uma associação, com encontros internacionais a cada dois anos, e cujo propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo, e preparar as bases para um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. (Anderson, 1995, p. 1)

A crise de recessão em 1973 vivenciada pelos países de capitalismo avançado, que combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, fortaleceu os argumentos desse grupo liderado por Hayek. Eles afirmavam que:

As raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (Anderson, 1995, p.2)

Segundo Hayek e seus seguidores, a força dos sindicatos e os gastos sociais do Estado limitaram os lucros das empresas gerando processos inflacionários que não teriam outro resultado senão uma crise generalizada de economia de mercado. O “remédio” para tal crise seria então, um Estado contido nos gastos sociais e nas intervenções econômicas, capaz de minar o poder dos sindicatos e de controlar o dinheiro. A meta de qualquer governo deveria ser a estabilidade monetária, e para isso,

além de contenção nos gastos com bem-estar, deveria ser restaurada a taxa “natural” de desemprego com a criação de um exército de reserva capaz de “quebrar” os sindicatos. As reformas fiscais também estavam na pauta para restabelecer as economias capitalistas, de forma a reduzir os impostos sobre rendimentos mais altos e sobre as rendas. (Anderson, 1995, p.2)

Na perspectiva de Estado mínimo para a classe trabalhadora e de Estado máximo para o capital, Netto (2001, p.77) afirma que:

a essência do neoliberalismo é uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo com única alternativa e forma para a democracia” (Idem, p.77).

O Welfare State foi uma tentativa, sob a ordem do capital, de compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos. Observamos que os neoliberais, mesmo antes da crise de 1973, criticaram os gastos do Estado com o bem-estar. Esse Estado significou em si, um limite do próprio capital para continuar sua busca por superacumulação, que tende por sua dinâmica e natureza, progressivamente, a eliminar as garantias sociais e os controles mínimos. A crise do Welfare State significa que o capital precisa, cada vez mais, onerar a classe trabalhadora para que este consiga se manter. (Netto, 2001, p. 71-72)

Presenciamos o neoliberalismo se consolidar como teoria política e econômica ao longo dos últimos 30 anos. Os países precursores na sua implementação foram a Inglaterra de Thatcher e os Estados Unidos de Reagan. Netto (2001, p. 78) afirma que o centro de ataque da ofensiva neoliberal constitui-se no Estado de bem-estar social. Além disso, no plano teórico, o keynesiano foi fortemente perseguido por seus idealizadores. No plano social, os direitos sociais preconizados por Marshall e as funções reguladoras do Estado foram igualmente criticados. Os neoliberais afirmam que a liberdade econômica, só viabilizada com o mercado livre, é que possibilita a liberdade civil e política, ou seja, sem mercado livre, não existe liberdade.

Os governos neoliberais, não apenas da Inglaterra e dos Estados Unidos, de um modo geral e para restabelecer suas economias, reduziram a emissão de moedas, elevaram as taxas de juros, reduziram os impostos em favor dos ricos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, solaparam greves, impuseram novas legislações anti-sindicais e cortaram gastos sociais. Além disso, iniciaram amplos programas de privatizações. Em todas essas medidas – deflação, queda dos empregos e salários – obtiveram êxitos. Entretanto, essas medidas



foram realizadas para reanimar o capitalismo avançado em nível mundial, e neste sentido, a taxa de acumulação na esfera produtiva dos anos 80, não apenas não cresceu, como atingiu níveis inferiores aos dos anos 70. (Anderson, 1995, p.3-6)

Anderson (1995, p. 12) afirma que um balanço do neoliberalismo é provisório, pois este é um movimento inacabado, entretanto já é possível afirmar que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (Idem, Ibidem).

Entendemos como uma grande perda para a classe trabalhadora o avanço do neoliberalismo. Não apenas no sentido de aumentar o desemprego e conseqüentemente as desigualdades sociais, mas também de imobilizar o poder de reivindicação da classe trabalhadora. O período após a crise de 1929 significou ganhos para os trabalhadores, através de mobilizações e grandes greves, mas foi após segunda guerra mundial, também através de lutas, que as políticas sociais se consolidaram como direitos. Contudo, a ofensiva neoliberal por meio de suas medidas anticrise, provocaram a destruição desses direitos e a restrição das políticas sociais.

Historicamente, são os países de capitalismo avançado que ditam as regras nos países de inserção periférica. Entretanto, tanto nos países de economia menos desenvolvida quanto nos países desenvolvidos economicamente, apesar das expressões diferenciadas das crises nesses países, essas representam para ambos perdas para a classe trabalhadora e redução ao acesso de proteção social. Além disso, o neoliberalismo orienta os países “ricos” a buscarem nos países “pobres” novos postos de trabalho, de forma a reduzir seus custos de produção. As conseqüências para os trabalhadores são muitas: nos países “ricos”, os trabalhadores ficam sem emprego e sem acesso à proteção social devido à contenção de gastos; nos países “pobres” os trabalhadores recebem baixos salários, e possuem contratos de trabalhos mais flexíveis, o que também lhes retira o acesso à proteção social (Boschetti, 2010, p. 69).

A transferência de polos industriais dos países de capitalismo avançado para países de capitalismo periférico é uma estratégia neoliberal para reestruturar a acumulação capitalista. Buscar força de trabalho nesses países é uma tentativa de “recolonizar a base material através da forma social capitalista”. (Meneleu Neto, p. 79).

Ou seja, diminuem-se os custos da produção, levando em conta toda a composição do capital orgânico, pois, ao transferir essa produção, explora-se não apenas a força de trabalho (capital variável), mas o meio ambiente, as matérias primas, enfim, os meios de produção (capital constante), daquele país. Percebemos deste modo, a busca pela acumulação capitalista não apenas através da exploração da força de trabalho dos países periféricos, mas também pela extração da riqueza natural desses países, em uma permanente reatualização da forma dependente de reprodução do capital.

## CAPÍTULO II

### CONDIÇÕES DE TRABALHO E FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

#### 2.1 A “questão social” no Brasil

A expressão “questão social” surgiu na Europa, durante o século XIX, para designar o fenômeno do pauperismo. A Revolução Industrial trouxe o avanço das forças produtivas do capitalismo, mas trouxe, principalmente, a pauperização da classe trabalhadora. Segundo Netto (2011), a desigualdade entre as diferentes classes sociais era conhecida, assim como também o era a polarização entre ricos e pobres, mas o que surgia de novo era a dinâmica da pobreza, que se generalizava. A pobreza crescia proporcionalmente à capacidade de se produzir riquezas. Os pensadores laicos reconheciam as manifestações da “questão social” apenas em suas manifestações empíricas – desigualdade, fome, desemprego, doenças - como fruto da sociedade moderna e propunham reformas para solucioná-las, mas não se dedicavam a entender suas origens, apenas queriam preservar a propriedade privada.

As lutas da classe trabalhadora em 1848 trouxeram à tona a “questão social” como decorrente da sociedade burguesa e apenas o fim desta garantiria a sua supressão. A essa época Marx e Engels lançavam o “Manifesto do Partido Comunista” e o primeiro iniciava os estudos de sua obra “O Capital”. A análise marxiana mostrava que as desigualdades e as privações existentes nas sociedades anteriores à burguesa deram-se porque o desenvolvimento das forças produtivas não podia eliminá-las. Entretanto, na sociedade burguesa, as desigualdades e as privações existem não mais por deficiência das forças produtivas, mas porque a riqueza é produzida coletivamente e apropriada individualmente. A “questão social”, entendida por esta ótica, não tem a ver com os problemas sociais que a ordem burguesa “herdou” dos períodos anteriores, mas com os dinamismos do capital, oriundos da contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada da riqueza pela classe detentora dos meios de produção.

A gênese do que compreendemos por “questão social” já podia ser percebida no Brasil desde o período colonial, com o regime escravocrata. Ainda que não possamos falar aqui de classes sociais - de uma burguesia propriamente dita e de uma classe trabalhadora – podemos entender a relação senhor/escravo como o que Marx nomeou em ‘O Manifesto Comunista’ de opressores e oprimidos, ou seja, setores que “estiveram

em contraposição uns aos outros”, “envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta” (MARX e ENGELS, 2008, p.8). O escravo enquanto força viva de trabalho era alienado do produto de seu trabalho e da sua própria pessoa. A ele não lhe era permitido reclamar das condições de trabalho às quais era obrigado realizar e muito menos reclamar das condições precárias em que vivia.

O desenvolvimento das forças produtivas exigiu que as relações de produção fossem formalizadas para que o trabalho pudesse atender melhor as exigências desse desenvolvimento. Entretanto, não apenas as relações de produção passaram por mudanças, mas o trabalho em si passou por nova significação. Durante décadas o trabalho braçal era tido como insignificante, desprezível, de escravo. Valorizava-se o senhor, o branco, o proprietário, o político, em detrimento do negro, escravo, do trabalhador em seu ofício. Fez-se necessário assim, ao longo de várias repúblicas, desenvolver uma cultura de “louvação do trabalho” como indispensável ao indivíduo e à nação. A mudança nas relações sociais e de produção exigiu um novo pensamento sobre o trabalho, transformando-o em atividade dignificante, no sentido de combater a preguiça, a tristeza (Ianni, 2004, p.116). Essa maneira de pensar o trabalho na sociedade brasileira contribuiu para que a “questão social” fosse destituída de sua essência política.

A discussão racial sempre esteve presente na sociedade brasileira. Para se compreender as “particularidades” desta sociedade, há de se compreender a composição dela, sempre no sentido de entender sua transformação em classe trabalhadora e projeto de nação. Os autores que se dedicaram a pesquisar sobre esse tema até os anos de 1940 partilhavam da ideia de que a população brasileira se formou a partir do índio, do português e do africano. Levaram em consideração os atributos psicológicos, morais e culturais destas raças, sempre afirmando sua essência inferior e a necessidade de um branqueamento – que viria de forma progressiva, sobretudo como o fim do tráfico de escravos – da população brasileira<sup>13</sup>. A abolição da escravatura ao fim do século XIX e a necessidade do trabalho livre suscitaram lutas por melhores condições de trabalho e de vida e, nesse momento, tornou-se nítida a “questão social” no Brasil. Essa sempre foi tratada com repressão pelas classes dominantes, mas a partir da organização dos trabalhadores, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX, a burguesia e o próprio governo foram pressionados a reconhecer a necessidade de tratar a “questão social” como questão política e não apenas como questão de polícia.

---

<sup>13</sup> Cf. IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 123-128.

O capitalismo, apesar de possuir um discurso de igualdade, traz em si uma contradição, pois pratica a desigualdade. A igualdade de que trata o capitalismo é a dos direitos civis, sociais e políticos, base liberal da cidadania. Aqui os indivíduos são “livres” para realizarem acordos comuns enquanto detentores de propriedades. Contudo, a liberdade dos trabalhadores restringe-se à venda da sua força de trabalho, a única mercadoria a qual detêm. Para tanto, o cidadão deve ter acesso aos serviços sociais, devolvidos à classe trabalhadora como forma de auxílio do Estado à reprodução da sua força-de-trabalho, sendo que foi a expropriação da força de trabalho desse indivíduo que possibilitou o financiamento desses serviços. O reconhecimento pela classe trabalhadora de que é ela quem proporciona esses serviços, através do seu trabalho, suas lutas e mobilizações pela efetivação das políticas sociais como direito, devem garantir o exercício de sua cidadania (Iamamoto, 2000, p.92).

Devemos considerar ainda que o pauperismo não se produz do nada, ele se reproduz à medida que o capital se desenvolve. O desemprego e o subemprego são evidências do movimento do capital, ora maior, ora menor. A pobreza e a miséria são intrínsecos a esses processos. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de sua inserção periférica e dependente dos países de capitalismo avançado, possibilitou a industrialização e a urbanização das cidades, em especial pós-1930 com o capitalismo monopolista. Ao mesmo tempo que o país se desenvolvia, aumentavam as desigualdades sociais, trazendo à tona a “questão social”. Aumentaram também as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho e tantas outras reivindicações como luta por terra, moradia, educação e emprego. O que demonstra que o capitalismo só sobrevive com o aumento das mazelas sociais.

Desta forma, podemos afirmar que o principal elemento que constitui a “questão social” no Brasil é a profunda e exacerbada desigualdade social que caracteriza a nossa formação sócio-histórica. Observamos no país a existência de duas sociedades: uma desfrutando dos frutos do progresso econômico advindo do desenvolvimento e industrialização sob o sistema capitalista, e outra entregue a toda sorte de mazelas por não ter acesso a emprego, moradia, saúde, educação. Devido a esse antagonismo, as lutas sociais giram em torno de condições mínimas de vida e de trabalho.

A tendência à criminalização da questão social no Brasil está presente desde suas primeiras manifestações. As classes dominantes preferem tratar com repressão aqueles que lutam por melhorias, pois entendem que o comportamento destes ameaçam a ordem social. A preservação da ordem social é fator fundamental para a dominação

externa, por isso os setores dominantes negam-se a ouvir as reivindicações dos setores populares. Ao contrário, perpetuam o pensamento de que “a vítima é a culpada”, ou seja, tratam a miséria e a pobreza como um estado natural ou de responsabilidade do pobre, do miserável. Não procuram compreender, no sentido de solucionar, os motivos que geram tamanhas desigualdades sociais. Alguns pensadores brasileiros explicam a naturalização da questão social tratando-a como uma questão de assistência social ou um problema de violência (por isso tratá-la com repressão). Essas explicações podem também caminhar juntas. Segundo Ianni (2004, p.110-112) o assistencialismo, a previdência, não são maneiras de “explicar” e “resolver” a questão social. Outra tentativa de resolvê-la pelos setores dominantes é tratando-a como um problema de violência, de caos, por isso a prioridade da segurança e da repressão. Os setores dominantes, na maioria da vezes, combinam assistencialismo e repressão para impedir as manifestações da questão social.

## **2.2 Capitalismo dependente e classes sociais**

Durante o mercantilismo, os países que possuíam técnicas marítimas desenvolvidas invadiram países cujo modo de produção era primitivo e exploraram esses países, tornando-os colônias de exploração. Podemos perceber esse fato com as Cruzadas. Com o advento do capitalismo, os países avançados continuaram a explorar os países atrasados, expropriando suas riquezas materiais, e produzindo uma burguesia nesses países tradicionalmente conservadora. Dessa forma, o capitalismo se desenvolveu mais rapidamente em alguns países que em outros, propiciando para os primeiros, desenvolvimento social, econômico e tecnológico, e para os segundos, desenvolvimento urbano-industrial tardio, e sobretudo, má distribuição de renda e aumento da pobreza. Nisso consiste o desenvolvimento desigual e combinado: favorecer países de capitalismo avançado a partir da expropriação da riqueza dos países atrasados, não só riqueza material, como riqueza intelectual também.

A inserção do Brasil e da América Latina em um modelo de capitalismo dependente e sua formação de sociedade de classes aconteceu de forma que a expansão do capital promovesse simultaneamente a consolidação da hegemonia externa e interna, ou seja, das economias centrais e dos setores sociais dominantes. A burguesia nacional

tinha que dividir o excedente econômico com os agentes externos. Entretanto, o aumento dessa riqueza se dava a partir da exploração da classe trabalhadora:

(...) a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados destituídos da população, submetidos a mecanismos de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalistas. (Fernandes, 2009, p. 52)

Enquanto pôde, a Colônia resistiu a pressões no sentido de eliminar barreiras sócio-econômicas e de estilo de vida, mas manteve sua função de Colônia de superexploração. A transformação dentro da ordem significava um aperfeiçoamento da exploração colonizadora e da própria ordem colonial, pois esta precisava se ajustar às modificações do capitalismo europeu e às mudanças do próprio mundo colonial. A manutenção de um regime colonial evitava que o mercado e o sistema de produção assimilassem as transformações do mundo moderno, de modo que as funções econômicas das colônias fossem reguladas por controles legais e políticos feitos pelas metrópoles. Esses dinamismos impunham formas de apropriação e de expropriação através do comércio colonial interno e externo, nesse sentido, as colônias possuíam formas de apropriação e expropriação pré-capitalista, pois combinavam escravidão e servidão para atender à colônia de exploração. O modo de produção das colônias só era moderno no sentido de adaptar a criação de riqueza às funções da colônia de exploração. O mercado e o sistema de produção coloniais não negavam (nem podiam negar) a ordem colonial, pois os parceiros internos procuravam satisfazer os interesses dos parceiros externos, já que era lucrativo para ambos.

Esse padrão de acumulação que considera os interesses internos e externos em detrimento do desenvolvimento do próprio país promoveu, ao mesmo tempo, a intensificação da dependência e as manifestações do subdesenvolvimento. Para que os países da América Latina tivessem um “salto histórico” nos rumos do capitalismo maduro, sua burguesia deveria ter permitido e encabeçado uma revolução nacional cujo objetivo fosse o desenvolvimento industrial, cultural e sócio-econômico.

Contudo, essas burguesias excluíram outros protagonistas sociais de um processo de atuação econômico e político, acreditando que dessa forma se fortaleceriam. A burguesia ‘nacional’ preferiu ceder terreno às evoluções externas do capitalismo, colocando em segundo plano sua revolução nacional. Ela não aceitava a democratização da ordem social competitiva, limitando ou anulando a participação da

classe trabalhadora (Fernandes, 2009, p. 62-63). A burguesia dos países de capitalismo periférico, em vez de possibilitarem uma mudança nessa realidade, tiveram receio de uma revolução nacional. Para evitá-la, utilizaram a dominação burguesa em si como uma força social totalitária e o Estado nacional como seu instrumento político. A revolução burguesa no Brasil não pretendia autonomia ao crescimento econômico capitalista, mas sim, um crescimento econômico rápido, mantendo sua condição de capitalismo dependente. Para atingir seus objetivos, a dominação burguesa separou a revolução econômica da revolução política, fazendo com que a revolução burguesa se consolidasse como inerente aos interesses das classes dominantes, eliminando do cenário político o restante da sociedade. (Idem, p. 126)

Para que a burguesia pudesse realizar a sua contrarrevolução, ela lançou mão historicamente de práticas totalitárias e reacionárias, de modo que a democracia perdeu espaço para o “desenvolvimento econômico”, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento perdeu sua base social e seu regulador político. A burguesia preocupou-se apenas em atender seus interesses, quando ela não possuiu poderes políticos para estabelecer sua dominação, ela dissociou economia de política.

O Brasil é um bom exemplo de revolução autocrático-burguesa pois a militarização do poder estatal permitiu uma rápida transição para o capitalismo monopolista. O país nunca havia presenciado tamanha transformação no sentido de organização e expansão das relações de produção. Entretanto, quem se beneficiou com essas transformações foram as burguesias internacionais e nacionais, as outras classes apenas “serviram o banquete”, não participaram dele. Aqui os interesses coletivos estiveram sempre sujeitos aos interesses privados.

Podemos afirmar que o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais fez com que o crescimento nos países subdesenvolvidos acontecesse de forma atrofiada. O capitalismo dependente não pode gerar uma ordem competitiva estável, pois o subdesenvolvimento sempre esteve em todas as esferas da vida. O seu verdadeiro elemento não está no confronto entre “arcaico” e “moderno”, mas no tipo de modernidade que só se pode afirmar pela destruição do próprio capitalismo e sua sociedade de classes. A sociedade de classes sob o capitalismo dependente se organiza para que seus interesses sejam atendidos no próprio limite da dependência. Nesse sentido, a ordem social pode ser flexível se o capitalismo transformar os padrões de vida das classes baixas e as aspirações sociais da classe média. As classes altas, por sua vez,



ao se classificarem dentro da ordem social, aumentam sua “condição burguesa” e sua participação em outros níveis sociais ou estruturas de poder (Fernandes, 2009, p.69-72).

Compreendemos que o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos deu-se a partir da convergência de interesses das burguesias internacionais com as burguesias nacionais. Essa dominação sócio-cultural, econômica e política inerente ao imperialismo, opera-se de dentro dos países de capitalismo dependente através das classes dominantes internas. Entretanto, essa transformação capitalista, que gerou aceleração do crescimento econômico e transição industrial segundo as necessidades do capitalismo avançado, se deu através de formas de exploração do homem pelo homem com o que havia de pior no colonialismo (Fernandes, 1995, p. 139-140).

A partir desta breve exposição acerca do sentido da nossa dependência, questionamo-nos: qual é o impacto do subdesenvolvimento para a composição das nossas classes sociais? Como situamos aqui o acesso ao trabalho e a responsabilidade do Estado em provê-lo?

O fim do Império e o início da República no Brasil marcam um período de modernidade no país, é o solo para aquilo que no futuro se consolidaria como o poder burguês e dominação burguesa. A burguesia brasileira nasce estabelecendo como ponto de dominação o terreno político, convergindo para o Estado seus interesses e unificações. Essa burguesia vinha de um mundo provinciano e predominantemente rural. Ainda que seus segmentos urbanizados discordassem da oligarquia, o fazia dentro de um largo conservadorismo. Pois ela era dotada de um espírito modernizador limitado e não revolucionário, ao contrário da burguesia de outros países.

A modernização que vinha de fora não podia ser negada, mas a burguesia nacional tinha medo de despertar o homem nativo para o sonho de revolução nacional, e dessa forma se indispor com os interesses da dominação externa. A dominação burguesa exercida no país convergiu com os interesses da burguesia internacional, pois mantinha uma estabilidade política e econômica necessárias para a expropriação das riquezas.

Para exercer sua dominação, a burguesia nacional lançou mão de instrumentos autocráticos utilizados no passado ou reinventados no presente, de forma a evitar que algum procedimento efetivamente democrático fosse alcançado pela sociedade. A evolução da dominação burguesa no Brasil consistiu em dois elementos: o primeiro é que havia um acordo entre as elites das classes dominantes no sentido de reforçar e manter o caráter autocrático da dominação burguesa; e o outro, diz respeito ao surgimento de uma oposição dentro da ordem, de cima para baixo. Durante o regime

escravocrata, a aristocracia continha as divergências surgidas em seu interior. Com o surgimento da sociedade de classes, houve uma “pulverização” dos interesses das classes dominantes. A emergência desse regime de classes ampliou o cenário dos conflitos e mostrou a necessidade de uma oposição de baixo para cima. Para que a oligarquia mantivesse sua hegemonia, ela precisaria renovar-se.

Esses elementos da formação da classe burguesa, sobretudo o segundo, consolidou o modelo de dominação burguesa no Brasil. Pois a oligarquia tradicional (ou agrária) junto com a oligarquia moderna (ou dos altos negócios) “plasmou” a mentalidade burguesa e determinou o padrão de dominação autocrático no país. Além disso, dirimindo conflitos em outros setores, consolidou sua forma conservadora de dominação, ditando a solução de conflitos em longo prazo, e mostrando quais eram as “regras do jogo”. Nunca existiu um conflito acirrado entre a burguesia nacional e a aristocracia agrária, ao contrário a nossa burguesia é oligárquica, e sua variante urbana é um desdobramento do antigo senhor feudal. Não é por menos que a burguesia detém aqui um forte caldo cultural patrimonialista.

A dominação burguesa no Brasil surge como uma força social, a partir da forma como as oligarquias se fundem à burguesia, extremamente conservadoras e reacionárias. A burguesia nacional seguiu à risca a orientação da burguesia internacional. Pois, a tarefa desta primeira não era liderar a transformação capitalista nos países periféricos, mas torná-la possível e duradoura em condições adversas. O ‘desafio’ estava em conciliar a expansão interna do capitalismo competitivo com traços ainda marcantes do passado colonial. A solução era a burguesia fechar o espaço político aberto a mudanças estruturais, para que o capitalismo dependente pudesse continuar a se expandir.

A “Revolução Burguesa” no Brasil não aconteceu porque essa burguesia tinha ímpetos revolucionários ou interesse no desenvolvimento do mercado interno. Foi a burguesia internacional quem impôs de fora para dentro o modelo de transição que o Brasil deveria seguir (Fernandes, 1976, p.216-217).

- **A formação tardia da classe trabalhadora brasileira**

A expansão marítima fez os portugueses chegarem ao Brasil no fim do século XV. No imenso território brasileiro existiam diversos povos indígenas. Mais tarde

chegaram os negros escravizados da África<sup>14</sup>. O Brasil era uma colônia localizada nos trópicos, de exploração e voltada para a agricultura, mas não era uma colônia de povoamento. A migração de europeus para o Brasil aconteceu devido à necessidade de explorar novos territórios para obtenção de especiarias ausentes na Europa e que poderiam ser comercializadas. Desta forma, os europeus que vieram ao Brasil não vieram para trabalhar, mas para explorar a força de trabalho da população nativa e negra (Prado Jr., 2011).

Desde a Independência brasileira, a composição por diferentes raças em sua sociedade representou, e continua a representar, importância para compreender como se formou a sociedade brasileira. As raças têm a ver com questões biológicas, mas não nos interessa aqui suas características fenotípicas e sim sociológicas. As raças são “categorias históricas” socialmente construídas a partir de suas relações sociais, e é isso que nos importa. A relevância do negro na nossa sociedade, por exemplo, nos permite compreender as diversas formas de organização do trabalho, da produção cultural, dos movimentos sociais (Ianni, 2004, p.130).

A abolição da escravidão no Brasil aconteceu no ano de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel. Antes da Lei Áurea, outras leis já haviam sido promulgadas, como a Lei do Ventre Livre (1871) a qual afirmava que os filhos de escravos nasceriam livres, e a Lei dos Sexagenários (1885) que por sua vez, concluía que os escravos que completassem 65 anos seriam libertos. A escravidão no Brasil foi abolida, também porque o país sofria pressão internacional, visto que os países de capitalismo avançado precisavam de mercado consumidor para comercializar seus produtos. Os escravos foram libertos, mas muitos continuaram trocando sua força de trabalho por alimentação e moradia, nas mesmas fazendas onde foram escravizados anteriormente, ou em outras. Muitos se abrigaram em favelas, das quais foram os principais moradores após a abolição da escravatura. E a grande parte deles faziam trabalhos eventuais ou de subsistência. A baixa capacidade técnica, a história de completa dependência econômica do “Senhor de escravos”, o elevado custo de sua reprodução, entre outros aspectos, fizeram com que esse grupo populacional tenha sido pouco aproveitado no início da industrialização no Brasil (Lopes, 2012, p.223-225).

A oligarquia cafeeira, que assumiu o poder estatal após a Proclamação da República, relegava ao segundo plano o trabalhador negro, índio e mesmo o branco

---

<sup>14</sup> Não se sabe ao certo a data, mas estima-se que em 1531 chegaram ao Brasil os primeiros negros.

nacional. Valorizava o trabalhador imigrante, de forma a redefinir social e culturalmente o trabalho braçal no país. O trabalho do imigrante era honroso, do negro e do índio só o seria se fosse executado tal qual o dos imigrantes, segundo o parâmetro da socialização da força de trabalho européia. Mudam-se no país as forças produtivas e as relações de produção, concomitante à modificação de ideais e princípios. Além disso, estava em curso o branqueamento da força de trabalho brasileira, sob a tese de que os trabalhadores daqui – índios, negros e pardos – eram preguiçosos e entregues à luxúria. No entanto, o que estava sendo colocado em prática era a redefinição das condições de extração de mais-valia, a partir da redefinição do trabalhador e sua força de trabalho<sup>15</sup>.

Com a abolição da escravatura e a vinda de imigrantes europeus, o mercado de trabalho brasileiro passa a configurar-se de forma a atender a esse processo, de urbanização e industrialização. A cidade de São Paulo era o grande polo de industrialização e a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, o grande centro político do país. O mercado de trabalho brasileiro é formado até os anos de 1920, principalmente por ferroviários, portuários, marítimos, operários da indústria leve e servidores públicos. Observamos que o mercado de trabalho brasileiro foi formado de maneira peculiar, excluindo potenciais trabalhadores, como ex-escravos, que desde então foram colocados em ocupações menosprezadas, como exemplo dos trabalhadores braçais e domésticos<sup>16</sup>.

Os imigrantes europeus começaram a chegar ao país antes mesmo da abolição da escravatura. A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, tratava da extinção do tráfico de escravos. Com isso, já a partir dessa data, os imigrantes passaram a substituir a força-de-trabalho escrava, trabalhando principalmente nas lavouras de café. O modelo de produção do Brasil era um modelo agroexportador, voltado para atender ao mercado externo, cujo principal produto foi o café.

Esse processo se deu, de forma vagarosa, mas concomitante com a urbanização do país. A dificuldade para a expansão da indústria moderna no Brasil deveu-se a alguns fatores, tais como, deficiências de fontes de energia, siderurgia, e do mercado consumidor, fonte principal para escoamento de produtos em larga escala, típico da maquinofatura. Outro fator que também contribuiu para a morosidade da

---

<sup>15</sup> Cf. IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p.133-134.

<sup>16</sup> Notamos também, que essa valorização do trabalhador estrangeiro desde o período pré-industrial no Brasil, contribui para uma visão de que “as coisas de fora é que são boas”. Desvalorizando assim, nossa cultura, nossos trabalhadores. Entretanto, devemos levar em consideração a formação política e sindical dos imigrantes europeus, e a contribuição que deram para as lutas dos trabalhadores brasileiros.

industrialização brasileira foi a dificuldade de comunicação entre as regiões do país, devido à sua grande expansão territorial (Prado Jr, 2011).

Compreendemos, com esse breve relato sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no período pós-abolição da escravatura, que o Brasil nunca teve compromisso com seus trabalhadores, não efetivou meios de qualificação profissional e não buscou inserir esses sujeitos no mercado de trabalho.

### **2.3 O mercado de trabalho no Brasil**

Após a Segunda Guerra Mundial, durante o período conhecido como “anos de ouro” do capitalismo, alguns estudiosos se propuseram a pesquisar a realidade da América Latina e suas relações com o mundo, dessa forma surgiram algumas teorias. A principal delas foi a Teoria do Desenvolvimento, cujo principal objetivo seria compreender os obstáculos presentes nos países de capitalismo periférico, para que se estabelecesse a modernidade. Tinha-se a compreensão de que as desigualdades eram desencadeadas pelas relações econômicas internacionais devido ao desenvolvimento dos setores primário, secundário e terciário, dos países em desenvolvimento. A partir dessa compreensão teórica, surgia no final dos anos 1940 a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – com a função de criar um alicerce de pesquisa institucional capaz de criar condições de desenvolvimento aos países latino-americanos, pois acreditava-se que esses países precisavam de um pólo industrial, orientado pelo Estado para que pudessem se desenvolver (Soares, 2012, p. 115). Nesta perspectiva, seria o subdesenvolvimento o causador do pauperismo e da não-inserção ou inserção subalterna dos trabalhadores ao mercado formal de trabalho. Em outras palavras, o desenvolvimento era o remédio para a dita “exclusão social”.

A Teoria do Desenvolvimento segundo Marini (2010 apud Soares 2012, p. 117) revela que o subdesenvolvimento seria uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este desenvolvimento poderia acontecer nos países que criassem as condições necessárias para isso, como a modernização das relações econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país. O pensamento sociológico produzido para a compreensão da realidade latino-americana, durante a expansão do capitalismo no pós-guerra, trouxe como principal contribuição a ideia de dualismo estrutural, ou seja, a contraposição entre o setor moderno e o setor tradicional.

Um dos principais pensadores da CEPAL no início dos anos 1950 foi o brasileiro Celso Furtado (*apud* Soares, 2012, p.122-125). Este autor contribuiu para que o subdesenvolvimento fosse compreendido não como uma etapa do desenvolvimento, mas como produto do capitalismo, de forma que os países com estruturas pré-capitalistas coexistam com estruturas de capital externo, sem que estas duas se relacionem, necessariamente. O autor afirmava que não era necessário que os países da América Latina passassem pelo subdesenvolvimento para que pudessem se desenvolver. Ele indicou a industrialização como solução para o subdesenvolvimento e o Estado como o seu agente coordenador. Afirmava que esse Estado deveria estar acima das contradições sociais e que essas contradições desapareceriam ao longo do processo, e o programa de desenvolvimento deveria atender às necessidades do processo de acumulação.

Essa teoria avançou em relação à teoria ortodoxa, mas suas propostas não eram de ruptura com a ordem vigente. Em sua maioria, os pensadores da CEPAL não se interessavam em compreender as origens das desigualdades resultantes da acumulação capitalista pra solucioná-las, preocupavam-se apenas em direcionar os países latino-americanos ao desenvolvimento, para que as desigualdades pudessem ser diminuídas. A Teoria do Desenvolvimento teve a sua força reduzida devido ao sistema capitalista não conseguir reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento nos países periféricos. Ao contrário, ao mesmo tempo em que se produzia riqueza com o crescimento econômico, aumenta a miséria e a má distribuição de renda.

Na tentativa de compreender o subdesenvolvimento na América Latina, surgiu no início dos anos 1960 a Teoria da Dependência, que pretendia analisar a reprodução capitalista nessa região. Os intelectuais dessa teoria compreendiam o capitalismo como um sistema que aumentava as diferenças políticas, econômicas e sociais entre países e regiões, e dessa forma, a economia de alguns países era subordinada ao desenvolvimento e expansão de outros. Essa teoria não entendia o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como “etapas de um processo evolutivo”, tal como a Teoria do Desenvolvimento, e sim, como realidades diferenciadas e contrárias entre si. O subdesenvolvimento passou a ser reconhecido como um “produto do desenvolvimento capitalista mundial, sendo, por isso, uma expressão específica do capitalismo”. (Soares, 2012, p. 119)

A Teoria do Novo-Desenvolvimentismo, vigente no período contemporâneo, surge como “terceira via” ao socialismo e ao neoliberalismo. Seus autores defendem um

Estado forte, capaz de implementar políticas macroeconômicas que atendam aos interesses de mercado. Afirmam que para diminuir as desigualdades sociais deve haver uma “harmonia e consenso” entre empresários e trabalhadores, de forma a possibilitar o desenvolvimento do país. O pensamento dos novo-desenvolvimentistas de um projeto para o Brasil difundem falsas ideias de “interesses nacionais” para proteger os interesses capitalistas, sem levar em consideração as desigualdades sociais como frutos da acumulação capitalista.

Compreendemos a Teoria do Desenvolvimento, a Teoria da Dependência e o Novo-Desenvolvimentismo como importantes para a análise da realidade da América Latina, pois as desigualdades sociais, econômicas e políticas desses países cresceram paralelamente e na mesma proporção que o desenvolvimento capitalista. Observamos que essas teorias foram a base do desenvolvimento de políticas públicas para os países dessa região. Entretanto, entendemos que, sobretudo a Teoria do Desenvolvimento, a Teoria da Dependência e o Novo-Desenvolvimentismo não romperam com o ideal capitalista, e sempre protegeram os interesses das classes dominantes. Por isso, a América Latina continua inserida perifericamente ao sistema capitalista, proporcionando o aumento das riquezas dos países de economia central, ao passo que a classe trabalhadora continua a sofrer com o aumento das mazelas sociais.

### **CAPÍTULO III**

## **A POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA: BRASIL E DISTRITO FEDERAL**

### **3.1 O desemprego na contemporaneidade**

Observamos no Brasil, nas últimas quatro décadas, uma diferenciação no que poderíamos chamar dos modelos de empregabilidade, na totalidade da força-de-trabalho. Falamos aqui da dinâmica de geração de emprego para a força de trabalho segundo o vínculo de trabalho, dado o crescimento da precarização, a remuneração, a pluralidade ocupacional, dentre outros determinantes. Segundo Pochmann (2012, p.26) no Brasil, entre as décadas 1970 e 1980 o nível de inserção ocupacional foi caracterizado pela geração significativa do quantitativo de postos de trabalho:

Na década de 1970, por exemplo, houve a geração líquida de 17,2 milhões de postos de trabalho, dos quais 34,3% ofereciam remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo e 16,9%, rendimento acima de cinco salários mínimos mensais. Nos anos 1980, o país criou 18,1 milhões de novas ocupações, sendo 25,4% com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal e 33,1% de cinco ou mais salários mínimos mensais. Na faixa das ocupações sem remuneração, houve a geração equivalente a somente 0,7% do total das ocupações, número que, nos anos 1970, foi menos que 0,4% (Pochmann, 2012, p. 26).

Nos anos de 1990 um novo trato à força de trabalho foi estabelecido no país, bastante diferenciado do padrão verificado entre as décadas de 1970 e 1980. Este novo “trato” era caracterizado por um ritmo menor de geração de postos de trabalho e um distinto perfil de remuneração. Segundo Pochmann (2012, p.27) “foram abertos somente 11 milhões de novos postos de trabalho, dos quais 53,6% não previam remuneração. Na faixa de renda de até 1,5 salário mínimo, houve a redução líquida de quase 300 mil postos de trabalho.” Por sua vez, a década de 2000 trouxe uma outra configuração, marcada pelo dinamismo no perfil remuneratório e nas ocupações:

Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho na primeira década do século XXI, 94,8% foram rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Nas ocupações sem remuneração, houve a redução líquida de 1,1 milhão de postos de trabalho, enquanto na faixa de cinco salários mínimos mensais a queda total atingiu 4,3 milhões de ocupações. Em síntese, ocorreu o avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira. (Pochmann, 2012, p. 27)

Para compreendermos o atual modelo de gestão e controle da força de trabalho brasileira, precisamos considerar o perfil das novas ocupações geradas a partir dos anos 2000 como o “saldo” destinado aos trabalhadores. Pochmann (2012, p.31) afirma que o Brasil demonstra um modelo de desenvolvimento que tende a combinar os avanços econômicos com os progressos sociais. O autor afirma que após duas décadas de



semiestagnação econômica e de regressos sociais, observa-se o aumento das ocupações na base da pirâmide social, através da “concentração do saldo líquido dos empregos para trabalhadores de salário base”, e de uma acelerada mobilidade social devido ao crescimento de bens e serviços associados à economia popular (Idem, Ibidem).

Diante de tal afirmativa, precisamos explicitar algumas discordâncias quanto à análise do autor. Não compreendemos que exista uma combinação entre avanço econômico e progressos sociais sob o sistema capitalista que traga benefícios para aqueles que vivem da venda da sua força-de-trabalho. Do mesmo modo, não concordamos que aumentar o número de trabalhadores com pouca escolaridade e baixa remuneração signifique avanços para essas categorias. Não desmerecemos a importância de novos trabalhadores na pirâmide social, mas devemos levar em consideração que o aumento destes, em segmentos ocupacionais de menor remuneração pode ser decorrente de inúmeros fatores atuais: a perda de emprego com maior remuneração, o rebaixamento do nível salarial e a inserção subalterna dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, o que conduz a maior estratificação e desigualdade entre trabalhadores. Tomando por referência Soares (2012), podemos afirmar que este crescimento da base da pirâmide social, condicionado às garantias mínimas salariais representa um retrocesso, sobretudo, no que diz respeito às possibilidades qualitativas de reprodução da reprodução da força-de-trabalho:

Em relação ao salário mínimo real, o anuário do Dieese de 2009 afirma que passou por uma grande desvalorização ao longo dos anos. Se compararmos o salário mínimo de 1940, esse equivalia a aproximadamente R\$ 1.056,83 e, o salário mínimo de 2008 era de R\$460,45 - a comparação baseada num índice de julho de 1940, elaborada pelo Dieese com um teto máximo de índice 100 - faz com que percebamos que a desvalorização é tamanha, já que o salário mínimo de 1940 alcançava um índice de 98,02 e o de 2008, o equivalente a 42,71. Da mesma forma, se tomarmos por base o salário mínimo necessário, referente à Pesquisa de Orçamentos Familiares relativa ao “estrato inferior”, segundo a mesma pesquisa do Dieese, o necessário para sobreviver em Dezembro de 2008 seria de R\$2.141,08, ou seja, seria preciso um aumento de, aproximadamente, 4,64 vezes, em relação ao salário mínimo real da época (Idem, p.194).

No que diz respeito ao aumento do consumo, específico aos bens e serviços de acesso popular, observamos um grande endividamento da população brasileira nos últimos anos através de um gasto que advém do uso exacerbado do crédito e não do aumento da base salarial real. Outro fator de destaque que contribuiu para o crescimento da dita ‘economia popular’ foram as medidas tomadas pelo Governo Federal especialmente após a crise financeira de 2008, quando este eximiu empresas de pagarem

impostos, de forma a baratear o produto ao consumidor final, assim estas empresas não arcaram com seus compromissos fiscais, e o trabalhador brasileiro foi incentivado a comprometer sua renda através do consumo. Como exemplo, podemos citar neste período o caso dos subsídios fiscais às grandes empresas automobilísticas através da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – o IPI, reconhecido entre os anos de 2008/2009 pela Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) como a ‘direção correta’ para o recorde de vendas, cuja média de lucratividade no setor atingiu crescimento de 14,5% se comparado aos anos anteriores. Para o consumidor, isto significou a compra de 2,82 milhões de veículos<sup>17</sup>.

Contudo, de tais fatos, nos questionamos: se o crescimento da empregabilidade está atrelado ao salário base, ou seja, a um perfil populacional empregado identificado como uma dita “Classe C”, que atinge médias salariais máximas de 1.490,61<sup>18</sup> são estes os consumidores de produtos tão onerosos como os veículos?

A ampliação do consumo se deu à custa do endividamento das famílias, visto que o acesso às mercadorias só foi possível em decorrência da contratação de dívidas de longo prazo, uma vez que não ocorreu aumento efetivo de rendimentos. O problema decorrente da aposta no consumo interno como o grande antídoto para a crise é que o crescimento do mercado interno se torna dependente desse endividamento das famílias... Desse modo, por trás da aparente condição de ausência de crise, temos um país endividado, que deve aproximadamente metade de sua produção, que favorece a lucratividade do sistema bancário e o endividamento e empobrecimento da classe trabalhadora. (Boschetti, 2010, p. 82)

Pochmann (2012) traz os seguintes dados referentes à composição das ocupações na pirâmide social brasileira:

Na década de 2000, quase 60% das ocupações geradas absorveram mulheres. Durante os anos 1990, o emprego feminino respondeu por dois terços do total dos postos de trabalho gerados, ao passo que, na década de 1980, eram as ocupações masculinas que predominavam. Do ponto de vista etário, a maior parte das ocupações para trabalhadores de salário de base concentrou-se na faixa dos 25 aos 34 anos na década de 2000. Embora parecido com o observado na década de 1980, percebe-se enorme diferenciação em relação à geração de postos de trabalho por idade nos anos de 1990, cuja maior presença concentrava-se na faixa etária dos 35 aos 44 anos. Também em relação à raça/etnia, constata-se a importância das ocupações de salário de base geradas para os trabalhadores não brancos uma vez que tanto nos anos de 1990 como na década de 2000, do total das ocupações geradas, quatro quintos foram absorvidas por trabalhadores não brancos. Desde os anos 1990 que as vagas ocupadas por

---

17. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1211799-9356,00-COM+IPI+REDUZIDO+ANFAVEA+DIZ+QUE+RECORDE+DE+VENDAS+PODE+SER+BATIDO+EM.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1211799-9356,00-COM+IPI+REDUZIDO+ANFAVEA+DIZ+QUE+RECORDE+DE+VENDAS+PODE+SER+BATIDO+EM.html)

18. Disponível em: <http://revista.brasil.gov.br/especiais/rumo-ao-pleno-emprego/nova-classe-media>

trabalhadores sem estudo vêm sendo reduzidas rapidamente. Em compensação, cresce a geração de postos de trabalho para os que possuem maior grau de escolaridade.

O emprego assalariado, na década de 2000 esteve em expansão, de cada 10 ocupações abertas para trabalhadores de salário de base, sete foram ocupações formais, e a cada vaga aberta de emprego assalariado informal, 3 outras eram criadas para o trabalho com carteira assinada. Na década de 1990, entretanto, houve a redução de mais de 260 mil postos de trabalho de salário de base, as ocupações por conta própria foram as que mais cresceram no Brasil. A década de 1980 apresentou crescimento entre empregos formais e informais semelhantes aos da década de 1990. Já em relação à distribuição regional, na década de 2000, metade dos postos criados aconteceu nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nos 1980 aconteceu o contrário, as regiões Sul e Sudeste foram responsáveis por 56% das ocupações para trabalhadores de salário de base. Nos anos 1990 houve queda nas ocupações na região Sudeste, a região Sul apresentou um pequeno aumento nos postos de trabalho (333 mil), as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram o maior número de ocupações geradas. (Pochmann, 2012, p. 38)

Quanto às relações de trabalho, o autor afirma que os trabalhadores de salário de base são responsáveis atualmente por metade do total de ocupações no Brasil; desse total, mais de 75% são assalariados, sendo que 2 em cada 3 possuem carteira assinada. Nos anos 1990 houve uma diminuição do emprego assalariado, já nos anos 2000 a formalização dos empregos de salário de base apresenta expansão. Em 2009 o Brasil registrou o maior número em emprego formal no total da ocupação de salário de base dos últimos quarenta anos. Observamos também o aumento das ocupações de maior escolaridade recentemente. Nos anos 2000 o país gerou 14,7 milhões de ocupações para trabalhadores de salário de base com mais de 9 anos de estudo. Na década de 1990 esse número foi de 3,9 milhões e de 3,7 na década de 1980. Devido a esse fenômeno, a composição dos trabalhadores de salário de base alterou-se profundamente no Brasil (Pochmann, 2012, p.39-40).

Quanto ao gênero, a presença feminina no total de ocupados de baixa remuneração tem aumentado. Em 1979 o sexo feminino representava um terço dos trabalhadores de salário de base, em 2009, a cada dois ocupados de salário de base, um é mulher. Em relação à raça/etnia, a maioria dos ocupados é de não-brancos. Em 1979, os trabalhadores de baixa remuneração eram 50% do total de ocupados, em 2009 esse

número é de mais de 57% (Pochmann, 2012, p. 41-42). Essas modificações significam que metade dos ocupados no Brasil é de baixa remuneração, esse fator alterou as relações de trabalho, e a compreensão de garantias e direitos sociais.

Para Antunes (2010, p.66-68), as mudanças no mundo do trabalho nas últimas décadas transformaram o “modo de ser” da classe trabalhadora, deixando-a mais heterogênea e fragmentada. Como consequência, percebemos uma diminuição da taxa de sindicalização a nível mundial, principalmente na década de 1980. Uma das expressões da fragmentação da classe trabalhadora é o distanciamento que existe entre os trabalhadores “estáveis” e os precarizados, esse fenômeno também contribuiu para o enfraquecimento da luta dos trabalhadores, pois dificultou a organização sindical, especialmente entre outros segmentos, como mulheres, jovens, trabalhadores em tempo parcial e de pequenas empresas. Outra consequência das transformações na luta dos trabalhadores é o aumento da *tendência neocorporativa*, ou seja, de preservação dos interesses dos trabalhadores estáveis em detrimento dos interesses dos trabalhadores precarizados, terceirizados. Esse é um modelo que atende a categorias específicas, fragilizando ainda mais a organização dos trabalhadores. Uma das consequências mais graves deste fenômeno é a não consolidação entre os trabalhadores de uma consciência de classe, contribuindo para movimentos xenofóbicos, racistas e corporativistas no interior do mundo do trabalho<sup>19</sup>.

Entre os séculos XIX e XX existia um analfabetismo tradicional, classificado pelo não conhecimento pleno da língua de origem, atualmente um novo tipo de analfabetismo é imposto pelas mudanças técnicas e informacionais, cujo mercado exige um perfil tecnológico. Os trabalhadores deste século devem ter conhecimentos científicos para atender às exigências empresariais. Por sua vez, as empresas exigem trabalhadores com polivalência multifuncional e maior capacidade motivadora e habilidades laborais no trabalho. Esses requisitos são fundamentais ao ingresso e permanência no emprego, e só poderiam ser atendidos com o aumento do nível

---

19. Segundo Alves (2010, p. 463-465), essas transformações no mundo do trabalho e a dificuldade de organização sindical ocorreram em escala mundial atingindo primeiro os países de capitalismo avançado, na década de 1980, e no fim desta década e início da década de 1990 os países periféricos, especialmente os que estavam em crescimento industrial, como Brasil e México, entre outros. No Brasil, esse processo se intensificou nos anos 1990 e continuou nos anos 2000, devido ao modelo de política neoliberal conduzido pelos governos e pela gestão das grandes corporações monopolistas. Nesse contexto, a principal representação sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, perdeu seu viés socialista, conduzindo cada vez mais, dentro do movimento sindical, o interesse patronal. Como resultado dessa mudança na cultura sindical brasileira, notamos a redução da abrangência e do conteúdo das convenções coletivas, assim como a descentralização das negociações coletivas.

educacional especializado.

No caso do Brasil, a baixa remuneração da força de trabalho configurava-se como um atrativo para o investimento estrangeiro, nesse sentido, a combinação dos padrões produtivos mais avançados tecnologicamente com uma qualificação da força de trabalho resultava em uma superexploração dessa força de trabalho, “traço constitutivo e marcante do capitalismo implantando em nosso país”. A força de trabalho qualificada, polivalente e multifuncional deveria mesclar-se aos avanços tecnológicos, mas recebendo salários inferiores se comparados com os trabalhadores dos países de economia avançada. Além disso, os avanços das forças produtivas no país trouxeram não apenas a flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas, mas também a flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais. (Antunes, 2006, p.19)

Segundo Pochmann (2001, p.61), nos anos 1990, o Brasil contou com expectativas oficiais positivas quanto às transformações econômicas ocorridas no país nesse período. O sucesso do processo de reconversão econômica, caracterizada por uma nova etapa de crescimento sustentado e de inserção externa traria modernização ao país baseada: a) na abertura comercial, pois impulsionaria novas normas e padrões internacionais de produção e de concorrência, tais como programa de qualidade total, ISO 9000, terceirização, reengenharia e outros; b) na reformulação do papel do Estado através da privatização do setor produtivo estatal e da reforma da administração pública, pois isso traria agilidade e modernidade ao setor privado; e c) na estabilização monetária a partir do dólar, possibilitando novos parâmetros para endividamento externo e mais atração de investimentos estrangeiros.

Acreditava-se, segundo a ótica dos gestores neoliberais, que após o período de “adaptação” à reconversão econômica o nível de emprego no país voltaria a crescer. Nesse sentido, era de fundamental importância o aumento da qualificação profissional, pois esta diminuiria o desemprego graças à adequação da oferta de trabalho às novas exigências das empresas, assim como elevação da qualidade dos postos de trabalho existentes. Entretanto, os anos 90 podem ser considerados como uma segunda “década perdida” (tal como os anos 80), pois foram marcados pelo crescente desemprego, pela contínua concentração de renda, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência do crescimento sustentado. Contudo, este diagnóstico não é uma especificidade brasileira. Pois, como já preconizado por Anderson (1995), o neoliberalismo no âmbito econômico fracassou, visto que não conseguiu a revitalização do capitalismo, nem mesmo nos países de desenvolvimento mais avançado.

Além disso, observamos no Brasil, durante a década de 1990, que as profissões que mais cresceram nesse período estavam relacionadas às atividades profissionais vinculadas aos setores de serviços básicos, o que significa que “o perfil das ofertas profissionais em alta não está necessariamente associada às exigências de maior qualificação profissional” (Pochmann, 2001, p.70). Por outro lado, nessa mesma década, as categorias profissionais que mais perderam postos de trabalho foram de profissionais com qualificação profissional, a maioria vinculada ao setor industrial.

Retomamos aqui a análise feita por Harvey do que vinha a ser a estratificação da nossa classe trabalhadora pós-flexibilização. O enfraquecimento da mobilização sindical e o excedente de força de trabalho permitiram que os empregadores se aproveitassem dessa situação, de modo a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, pois o objetivo dessa flexibilização era satisfazer as necessidades específicas de cada empresa. Por exemplo, alterando a jornada de trabalho dos empregados, fazendo-os trabalhar mais em momentos de maior demanda, e oferecendo descansos em períodos de menor demanda. Mas o que demonstra é uma aparente redução do emprego regular, em prol do uso crescente do trabalho temporário, subcontratado, ou parcial (Harvey, 2001, p.143).

As mudanças ocorridas no modo de produção capitalista trouxeram o fenômeno da terceirização do trabalho. A redução do custo de trabalho tem sido a principal motivação em torno da terceirização. Ela representa “a contratação de trabalhadores com remuneração e condições de trabalho inferiores aos postos de trabalho anteriormente existentes”(Pochmann, 2012, p.110). No Brasil, como dito anteriormente, os anos de 1990 foram marcados pela desregulamentação das relações de trabalho e grande instabilidade financeira, e é sob este cenário que a terceirização avançou no país. Os postos de trabalho terceirizados são, em sua maioria, de menor remuneração, por isso absorvem mão de obra de salário de base. Atualmente, no Brasil, a terceirização é responsável pela maior parte das ocupações geradas, por sua vez, elas tendem a ficar na base da pirâmide social brasileira. O trabalho terceirizado está presente em todos os ramos produtivos, mas tem se expandido principalmente no setor de serviços.

Segundo Vasapollo (2006, p.52-53) a flexibilização das relações trabalhistas é uma maneira de impor à força de trabalho menores salários e piores condições de trabalho. Através do avanço das forças produtivas, o trabalho precarizado tem assumido grandes proporções, sobretudo pelo alcance além dos limites nacionais, visto que países de capitalismo avançado tem investido em países periféricos, pois suas garantias trabalhistas são mínimas e a especialização do trabalho é alta. No fordismo, existia uma

maior empregabilidade e estabilidade no emprego. Atualmente, os trabalhadores possuem contratos de trabalho de curta duração, de forma que sua força de trabalho pode ser “alugada” por poucas horas, ou alguns dias na semana. Essa falta de garantia trabalhista traz também menos direitos e garantias sociais.

Este fato se articula ao que Pochmann (2001, p. 80-81) denominou como as três características principais da economia mundial pós-1970: a rápida expansão do comércio internacional, a ampliação da liquidez internacional (devido aos investimentos diretos estrangeiros e aos fluxos financeiros transnacionais), e a nova onda tecnológica. Paralelo a isso, observamos o aumento de políticas neoliberais que contribuíram para o acirramento da competição intercapitalista. Com a globalização, o desemprego e a desigualdade de renda e de salários cresceram entre países ricos e pobres, no interior de cada país, principalmente nos países de economia menos desenvolvida. Por sua vez, esses países passaram a oferecer força de trabalho a um custo menor, e diante desse cenário “a economia global passou a evoluir favoravelmente à geração de um maior excedente de força de trabalho” (Idem, *Ibidem*).

O desemprego mundial começou a apresentar um crescimento a partir de 1975. A proliferação das políticas neoliberais no fim desta década tiveram por objetivo atacar o desemprego aberto com medidas relacionadas ao interior do mercado de trabalho. Ou seja, medidas direcionadas a oferta de força de trabalho, no sentido de desvalorizar o curso da contratação, desregulamentar o mercado de trabalho e flexibilizar as regras entre o capital e o trabalho. Dessa forma, eximiram-se as políticas macroeconômicas da geração de excedente de força de trabalho (Pochmann, 2001, p. 85).

A dimensão do excedente de força-de-trabalho pode estar associada ao maior ou menor grau de desigualdade ao acesso aos postos de trabalho. Se o desemprego é friccional ou conjuntural, a desigualdade aos postos de trabalho e a seletividade não são tão intensas. Entretanto, se o desemprego é estrutural, a seletividade na contratação e a desigualdade aos postos de trabalho são intensas.<sup>20</sup> Quanto ao desemprego aberto, existem diferentes modalidades nas suas manifestações:

Levando-se em consideração a composição do desemprego por faixa etária, percebe-se a sua concentração entre o segmento etário de 15 a 49 anos de idade. Nos anos 90, cresceu a presença do desemprego

---

<sup>20</sup> “Em síntese, entende-se por desemprego friccional a mobilidade ocupacional e de inserção na ocupação; por desemprego conjuntural a ociosidade da mão de obra decorrente da insuficiência no nível de atividade econômica ou sazonalidade da produção; e por desemprego estrutural o desajuste entre a mão de obra demandada pelo processo de acumulação de capital e a mão de obra disponível no mercado de trabalho.” (Pochmann, 2001, p. 89)

aberto no mundo para as pessoas com mais de 25 anos de idade, inclusive acima de 50 anos. Isso é mais visível no conjunto dos países desenvolvidos, que têm 70% do excedente de mão de obra concentrados entre aqueles que possuem mais de 25 anos de idade. Para os países não-desenvolvidos, 51% do estoque de desempregados referem-se às pessoas com menos de 25 anos de idade. No Brasil, quase 54% da mão de obra desempregada encontram-se abaixo da faixa etária dos 25 anos. (Pochmann, 2001, p. 89-90)

Entendemos por PEA – População Economicamente Ativa – a parcela da PIA (População em Idade Ativa, que corresponde à população com 10 anos e mais) que está ocupada ou desempregada. Desempregados são os indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações: a) Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; b) Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, a exemplo da ajuda a negócio de parentes) e que procuraram efetivamente trabalho nos trinta dias anteriores ao da entrevista ou nos últimos doze meses; c) Desemprego Oculto pelo Desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze meses. (PED/DF – 2011)

### **3.2 A Política Brasileira de Geração de Emprego e Renda**

O SINE<sup>21</sup> – Sistema Nacional de Emprego - foi instituído pelo Decreto n.º 76.403, de 08.10.75 e tem como instância coordenadora o Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Sua criação fundamenta-se na Convenção n.º88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da organização do Serviço Público de Emprego, ratificada pelo Brasil.

A principal finalidade do SINE, na época de sua criação, era promover a intermediação entre força-de-trabalho e empregador, implantando serviços e agências de colocação em todo o País (postos de atendimento). Além disso, previa o desenvolvimento de uma série de ações relacionadas a essa finalidade principal: organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, identificar o

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/sine/o-que-e-o-sine.htm> - acesso em 23/09/2013



trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social e fornecer subsídios ao sistema educacional e de formação profissional.

Em 1988, o art. 239 da Constituição Federal criou o Programa do Seguro-Desemprego, regulamentado posteriormente pela Lei nº 7.998, de 11.1.90, que também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. A partir dessa época, os recursos para custeio e investimento do SINE passaram a ser provenientes do FAT, por intermédio do Programa do Seguro-Desemprego. As normas e diretrizes de atuação do SINE, então, passaram a ser definidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, a quem compete gerir o FAT e deliberar sobre diversas matérias relacionadas ao Fundo. Para cumprir suas finalidades, o Programa do Seguro-Desemprego contempla as ações de pagamento do benefício, apoio operacional ao pagamento deste benefício, Intermediação de força-de-trabalho, qualificação profissional, geração de informações sobre o mercado de trabalho e apoio operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda.

As ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com a sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais). O objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Os Projetos Especiais, por sua vez, destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. Juntos, os Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais constituem o Plano Nacional de Qualificação – **PNQ**.<sup>22</sup>

Ressalte-se que, em 2008, as ações de qualificação social e profissional de trabalhadores alcançaram maior efetividade com a Resolução Nº. 575, de 28 de abril de 2008, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, que estabeleceu diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/pnq/conheca-o-plano-nacional-de-qualificacao-pnq.htm> - acesso em 23/09/2013

Trabalhador - FAT (que financia as ações do PNQ) aos estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, para a execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

O PNQ é direcionado para trabalhadores que executarão tarefas mais simples, isso pode ser conferido pelas áreas dos cursos ofertados e pelo perfil dos trabalhadores que procuram e realizam os cursos. Esses cursos são oferecidos por instituições privadas, ou de parceria público privada, com ONG's, o Sistema "S" e as Centrais Sindicais. São de curta duração (a duração oficial é de 200 horas), naturalizam o trabalho informal, pois viabilizam o aprendizado relativo a atividades exercidas normalmente em relações precárias de trabalho, referentes ao cooperativismo, à economia solidária e ao empreendedorismo. (Soares, 2012, p.210)

Os dados a seguir foram elaborados pela Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, utilizando como principal fonte de o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Os dados são referentes ao ano de 2012.

A Tabela 1 refere-se à Qualificação Profissional realizada com recursos do FAT.

<b>Região</b>	<b>Educandos</b>	<b>%</b>
Norte	5.227	15
Nordeste	13.817	40
Sudeste	9.520	28
Sul	3.516	10
Centro Oeste	2.315	7
<b>Brasil</b>	<b>34.395</b>	

Tabela 1

Elaboração: Própria

Fonte: Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal

Observamos que do total de pessoas que se qualificaram no Brasil no ano de 2012 com recursos do FAT, 40% (a maior parte), são da Região Nordeste, 15% da Região Norte, 28% da Região Sudeste, 10% da Região Sul e apenas 7% da Região Centro Oeste. Abaixo, os dados da Tabela 2 referem-se ao número de beneficiários colocados no mercado de trabalho por intermédio do SINE:

<b>Região</b>	<b>Requerente</b>	<b>Segurado</b>	<b>Colocado</b>	<b>Taxa de col.</b>
---------------	-------------------	-----------------	-----------------	---------------------

Norte	450.408	430.964	2.306	0,54%
Nordeste	1.744.825	1.685.216	10.129	0,60%
Sudeste	3.931.526	3.793.970	16.137	0,43%
Sul	1.249.495	1.213.744	10.887	0,90%
Centro-Oeste	685.611	662.738	5.288	0,80%
<b>Brasil</b>	<b>8.061.865</b>	<b>7.786.632</b>	<b>44.586</b>	<b>0,57%</b>

Tabela 2

Fonte: Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal

Elaboração: Própria

Observamos na Tabela 2 que o SINE contribuiu muito pouco para a colocação de beneficiários no mercado de trabalho, de forma que nenhuma das regiões brasileiras atingiu um valor acima de 1%, ficando a média nacional em 0,57%.

Os dados da Tabela 3 é um comparativo entre o número de vagas captadas e o número de trabalhadores colocados por intermédio do SINE.

<b>Região</b>	<b>Vagas</b>	<b>Colocados</b>	<b>Taxa Aprov.</b>
Norte	103.163	40.559	39%
Nordeste	430.061	183.766	43%
Sudeste	1.665.754	269.332	16%
Sul	587.595	164.937	28%
Centro Oeste	273.939	66.774	24%
<b>Brasil</b>	<b>3.060.512</b>	<b>725.368</b>	<b>24%</b>

Tabela 3

Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal

Elaboração: Própria

A Tabela 3 mostra uma comparação entre o número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho pelo SINE e o total de vagas abertas. Identificamos a Região Nordeste com a maior participação na taxa de aproveitamento de colocação, seguida da Região Norte, ficando a média nacional em 24%.

Os dados da Tabela 4 referem-se ao quantitativo de trabalhadores encaminhados versus o número de colocados no mercado de trabalho por intermédio do SINE:

<b>Região</b>	<b>Encaminhados</b>	<b>Colocados</b>	<b>Taxa de aproveitamento</b>	<b>Média de Encaminhamento</b>
---------------	---------------------	------------------	-------------------------------	--------------------------------

Norte	185.755	40.559	22%	5
Nordeste	882.984	183.766	21%	5
Sudeste	3.154.846	269.332	9%	12
Sul	1.175.972	164.937	14%	7
Centro Oeste	550.630	66.774	12%	8
<b>Brasil</b>	<b>5.950.187</b>	<b>725.368</b>	<b>12%</b>	<b>8</b>

Tabela 4  
 Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal  
 Elaboração: Própria

Na Tabela 4 temos os dados relativos ao número de trabalhadores encaminhados ao SINE e os que efetivamente foram empregados. Notamos um percentual baixo em todas as regiões brasileiras, sendo que a Região Sudeste atingiu menos de 10% de aproveitamento dos encaminhados e a região com maior taxa de aproveitamento foi a Região Norte, com um total de 22%. A média nacional ficou em 12%.

Os dados da Tabela 5 referem-se ao comparativo entre o total de colocados pelo SINE com o total de trabalhadores admitidos informados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

<b>Região</b>	<b>Colocados</b>	<b>Admitidos CAGED</b>	<b>Taxa de participação da UF</b>
Norte	40.559	959.380	4%
Nordeste	183.766	3.006.950	6%
Sudeste	269.332	11.519.483	2%
Sul	493.657	15.485.813	3,2%
Centro Oeste	66.774	1.925.632	3,5%
<b>Brasil</b>	<b>725.368</b>	<b>21.743.957</b>	<b>3%</b>

Tabela 5  
 Fonte: Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal  
 Elaboração: Própria

Na Tabela 5 temos o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho pelo SINE e aqueles admitidos pelo CAGED. Também aqui observamos uma participação muito baixa do SINE na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro, ficando a media nacional em apenas 3%. Regiões que possuem um maior número de trabalhadores inseridos na PEA, como a região Sudeste, apresentaram um

taxa de participação de apenas 2%, enquanto regiões como a Nordeste obtiveram uma taxa de participação de 6%, também baixa, mas maior que a região Sudeste.

### 3.3 Emprego e Desemprego no Distrito Federal<sup>23</sup>

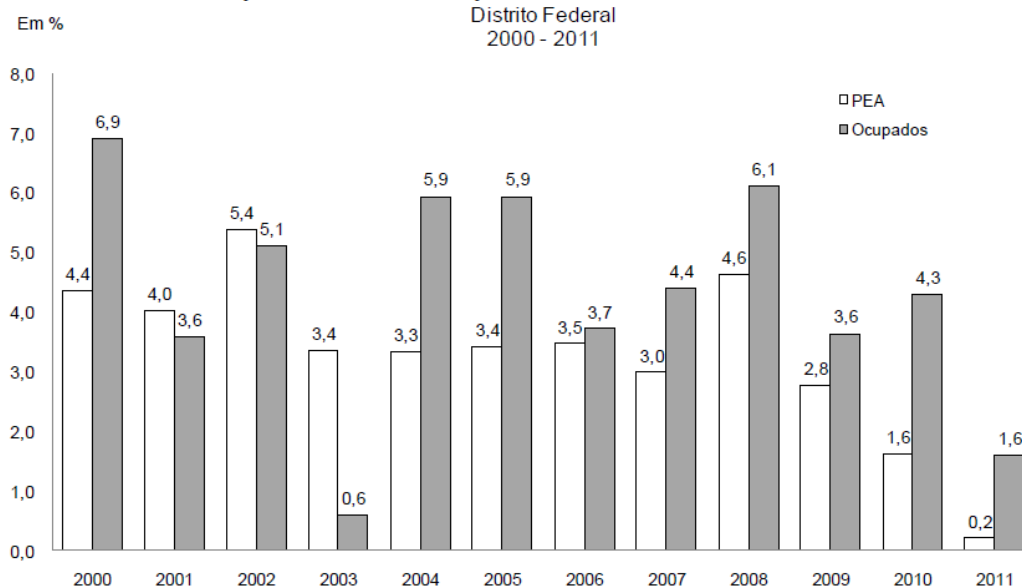
Em 2011, o nível ocupacional no Distrito Federal aumentou 1,6%. Esse resultado foi abaixo do verificado no ano de 2010, quando a ocupação expandiu 4,3% (Gráfico 1). A geração de 20 mil postos de trabalho e a relativa estabilidade da População Economicamente Ativa – PEA (apenas 3 mil pessoas ingressaram no mercado de trabalho, ou variação de 0,2%), resultou na redução do contingente de desempregados em 17 mil. Em números absolutos, os desempregados foram estimados em 174 mil pessoas, os ocupados em 1.229 mil e a PEA em 1.403 mil (Tabela 1, corpo do texto):

Condição de Atividade	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2010	2011	2011/2010	2011/2010
População em Idade Ativa	2.174	2.239	65	3,0
População Economicamente Ativa	1.400	1.403	3	0,2
Ocupados	1.209	1.229	20	1,7
Desempregados	191	174	-17	-8,9
Em Desemprego Aberto	130	124	-6	-4,6
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	31	28	-3	-9,7
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	30	22	-8	-26,7
Inativos com 10 anos e mais	774	836	62	8,0

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
Obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

<sup>23</sup> Os dados a seguir foram extraídos das Pesquisas de Emprego e Desemprego no Distrito Federal, - as PED's/GDF.

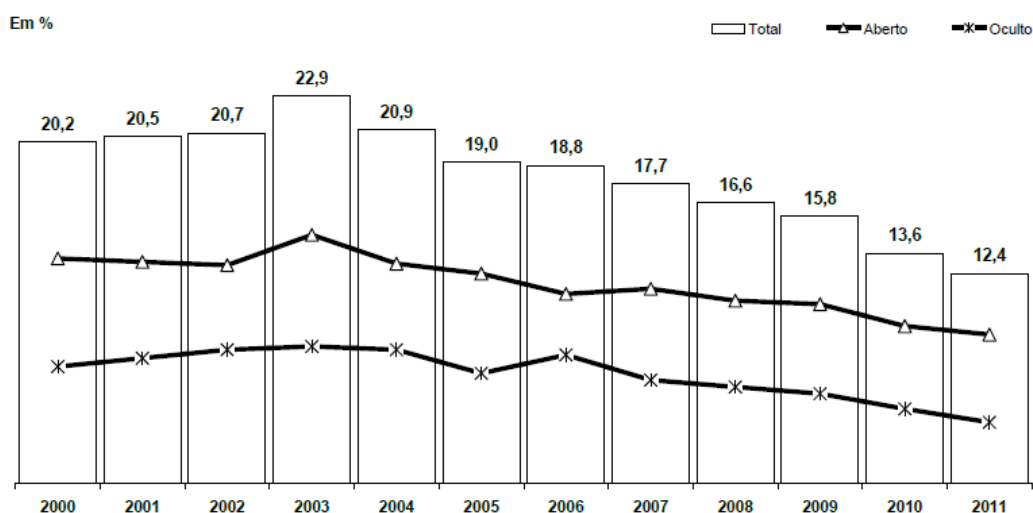
**Gráfico 1**  
 Variação Anual (1) da População Economicamente Ativa e dos Ocupados  
 Distrito Federal  
 2000 - 2011



Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
 (1) Ano de referência em relação ao ano anterior.

A taxa média de desemprego total diminuiu, pelo oitavo ano consecutivo, ao passar de 13,6%, em 2010, para 12,4%, em 2011 (Gráfico 2). Esta foi a menor taxa de desemprego registrada desde 1992, quando a pesquisa foi iniciada. Segundo suas componentes, reduziram-se as taxa de desemprego aberto, ao passar de 9,3%, em 2010, para 8,8%, em 2011 e oculto de 4,4% para 3,6%, no mesmo período (Tabela 2, anexo).

**Gráfico 2**  
 Taxas de Desemprego, segundo Tipo  
 Distrito Federal  
 2000 - 2011



Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.

O aumento no nível de ocupação (1,7%) refletiu movimentos diferenciados entre os setores de atividade analisados: geração de postos de trabalho nos Serviços (20 mil postos ou 2,5%) e Comércio (8 mil ou 4,2%); redução nos setores da Indústria (2 mil ou 4,1%), no agregado outros (6 mil ou 3,4%). No agregado “Outros”, reduz-se o contingente de pessoas ocupadas no serviço doméstico (6 mil ou 6,3%) e na construção civil, observa-se um pequeno aumento (2 mil ou 3,0%). No caso da Administração Pública, setor de Serviços, ocorreu recuo no contingente de ocupados (3 mil ou 1,5%).

**Tabela 2**  
**Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica**  
**Distrito Federal**  
**2010-2011**

Setores de Atividade	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2010	2011	2011/2010	2011/2010
<b>Total</b>	<b>1.209</b>	<b>1.229</b>	<b>20</b>	<b>1,7</b>
Indústria	49	47	-2	-4,1
Comércio	189	197	8	4,2
Serviços	796	816	20	2,5
Outros (1)	175	169	-6	-3,4

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
(1) Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.  
obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

Abaixo - na Tabela 3 - visualiza-se que o contingente de assalariados aumentou 3,7% em 2011, resultado do crescimento do setor privado (4,1%) e do emprego público (2,6%). No segmento privado, a expansão do número de assalariados com carteira de trabalho assinada (5,9%) contrastou com a redução dos sem carteira (5,0%). Apresentaram redução os autônomos (6,6%), os trabalhadores domésticos (6,3%) e os trabalhadores classificados em demais posições (5,4%). Os empregadores apresentaram aumento (13,7%):

**Tabela 3**  
**Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação**  
**Distrito Federal**  
**2010-2011**

Posição na Ocupação	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2010	2011	2011/2010	2011/2010
<b>Total</b>	<b>1.209</b>	<b>1.229</b>	<b>20</b>	<b>1,7</b>
Total de Assalariados (1)	860	892	32	3,7
Setor Privado	591	615	24	4,1
Com Carteira Assinada	490	519	29	5,9
Sem Carteira Assinada	101	96	-5	-5,0
Setor Público	270	277	7	2,6
Autônomos	166	155	-11	-6,6
Trabalham para o Público	134	127	-7	-5,2
Trabalham para Empresa	32	28	-4	-12,5
Empregadores	51	58	7	13,7
Empregados Domésticos	95	89	-6	-6,3
Demais Posições (2)	37	35	-2	-5,4

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
(1) Inclui os que não informaram o segmento em que trabalham.  
(2) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.  
obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

A partir da Tabela 4 identificamos que diminuiram os rendimentos reais médios dos ocupados (0,3%) e em maior medida dos assalariados (2,8%), passando a equivaler a R\$ 2.093 e R\$ 2.264, respectivamente. Apresentaram diminuição dos rendimentos tanto os trabalhadores do setor privado (0,4%), quanto no emprego público (1,9%). No mesmo período, elevaram-se os rendimentos médios dos autônomos (10,7%) e dos empregados domésticos (7,9%):

**Tabela 4**  
**Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação**  
**Distrito Federal**  
**2010-2011**

Em reais de novembro de 2011

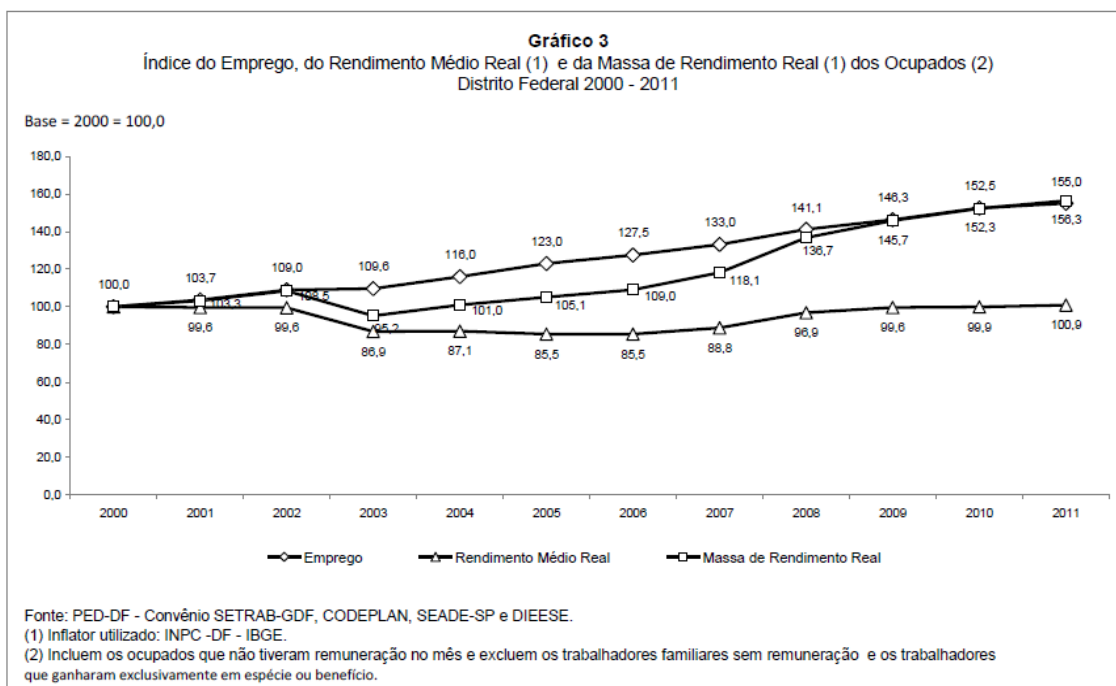
Posição na Ocupação	Rendimento Médio Anual		Variações (%)
	2010	2011	2011/2010
<b>Total de Ocupados</b>	<b>2.099</b>	<b>2.093</b>	<b>-0,3</b>
Assalariados (1)	2.329	2.264	-2,8
Setor Privado	1.206	1.201	-0,4
Com Carteira Assinada	1.218	1.215	-0,2
Sem Carteira Assinada	1.137	1.112	-2,2
Setor Público	5.103	5.008	-1,9
Autônomos	1.124	1.244	10,7
Empregadores	4.494	4.289	-4,6
Empregados Domésticos	631	681	7,9

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
(1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento onde trabalham.  
Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.  
Inflator utilizado: INPC-DF - IBGE.  
obs: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos.

A apropriação dos rendimentos do trabalho ocorre de forma desigual no Distrito Federal. No entanto, a distância, em termos relativos, tem diminuído para os ocupados e assalariados de 2010 para 2011. No caso dos ocupados, em 2011, os 25% mais pobres auferiram, em média, R\$ 470, crescimento de 7,8% em relação a 2010 e os 25% mais ricos, obtiveram rendimento médio de R\$ 5.617, o que representa diminuição de 1,0% em relação ao ano anterior. No caso dos assalariados, em 2011, os 25% mais pobres receberam, em média, R\$ 529, aumento de 3,5% em relação a 2010 e os 25% mais ricos receberam R\$ 6.015, diminuição de 2,9%.

Em 2011, a massa de rendimentos reais aumentou pelo oitavo ano consecutivo (Gráfico 3). Entre os ocupados, a massa de rendimento aumentou devido ao aumento no nível ocupacional e no rendimento médio real. Entre os assalariados, a massa salarial aumentou devido ao crescimento do nível ocupacional, uma vez que o salário médio apresentou redução.



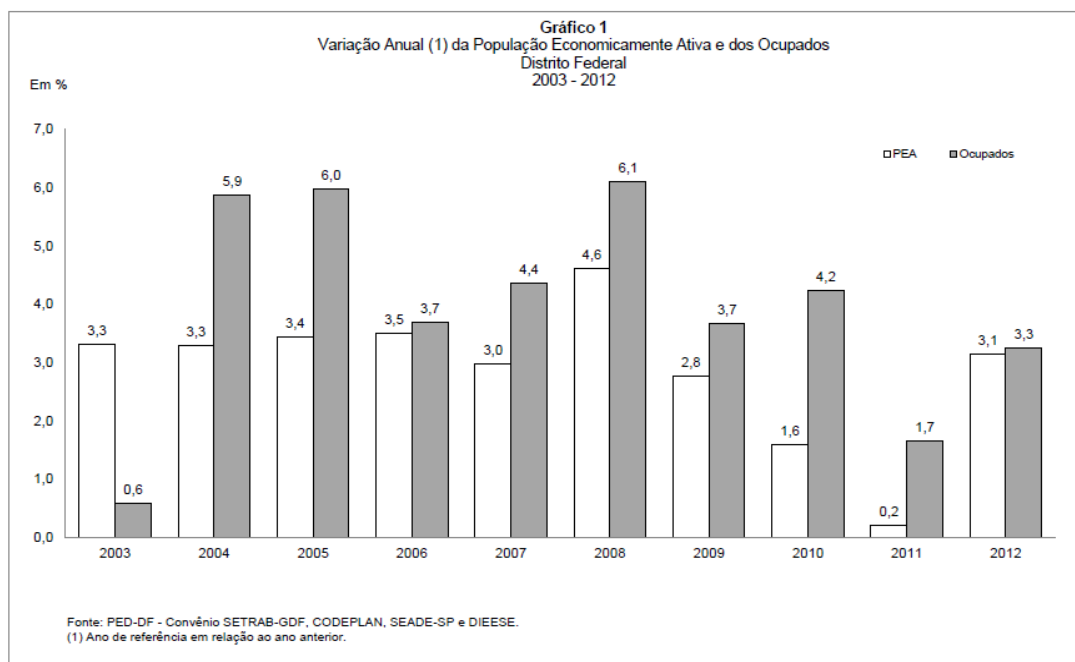


Em 2012, o Nível Ocupacional no Distrito Federal aumentou 3,3%. Esse resultado foi acima do verificado no ano de 2011, quando a ocupação expandiu 1,7% (Gráfico 1). A geração de 40 mil postos de trabalho e o crescimento da População Economicamente Ativa (44 mil pessoas), resultou no aumento do contingente de desempregados em 4 mil. Em números absolutos, os desempregados foram estimados em 178 mil pessoas, os Ocupados em 1.269 mil e a PEA em 1.447 mil (Tabela 1).

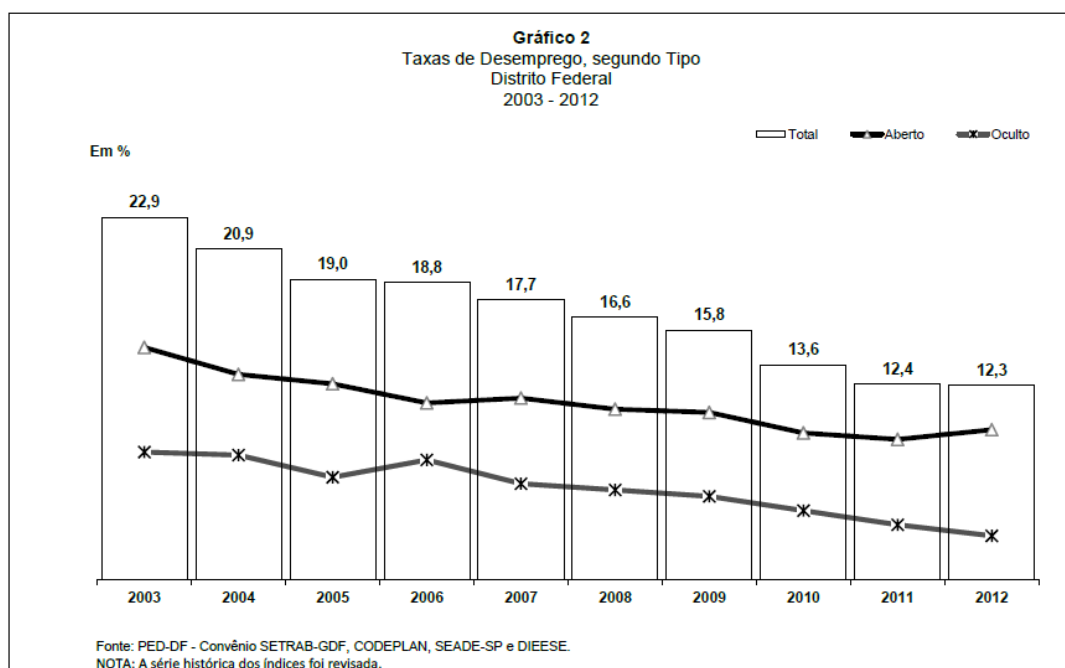
**Tabela 1**  
Estimativas da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade  
Distrito Federal  
2011-2012

Condição de Atividade	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
<b>População em Idade Ativa</b>	2.239	2.304	65	2,9
População Economicamente Ativa	1.403	1.447	44	3,1
Ocupados	1.229	1.269	40	3,3
Desempregados	174	178	4	2,3
Em Desemprego Aberto	124	138	14	11,3
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	28	24	-4	-14,3
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	22	16	-6	-27,3
<b>Inativos com 10 anos e mais</b>	836	857	21	2,5

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.



A Taxa Média de Desemprego Total manteve-se relativamente estável, ao passar de 12,4%, em 2011, para 12,3%, em 2012 (Gráfico 2). Esta foi a menor Taxa de Desemprego registrada desde 1992, quando a pesquisa foi iniciada. Segundo suas componentes, aumentou a Taxa de Desemprego Aberto, de 8,9%, em 2011, para 9,5%, em 2012 e reduziu a Taxa de Desemprego Oculto de 3,5% para 2,8%, no mesmo período (Tabela 2, anexo).



O aumento no Nível de Ocupação (3,3%) refletiu a geração de postos de trabalho nos Setores de Atividade de Serviços (29 mil postos ou 3,4%), Construção (8 mil ou 10,0%) e Comércio e Reparação de Veículos (3 mil ou 1,3%). Houve estabilidade no setor da Indústria de Transformação. Na Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, subsetor dos Serviços, houve aumento (7 mil postos ou 3,6%):

**Tabela 2**  
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade  
Distrito Federal  
2011-2012

Setores de Atividade	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
<b>Total (1)</b>	<b>1.229</b>	<b>1.269</b>	<b>40</b>	<b>3,3</b>
Indústria de Transformação (2)	46	46	0	0,0
Construção (3)	80	88	8	10,0
Comércio e Reparação de Veículos (4)	235	238	3	1,3
Serviços (5)	848	877	29	3,4
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (6)	192	199	7	3,6

Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); Atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.  
(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.  
(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.  
(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.  
(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.  
(6) Seção O da CNAE 2.0 domiciliar.  
Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 2.

Segundo Posição na Ocupação, o número de assalariados no Distrito Federal apresentou aumento (5,2%), resultado do desempenho positivo no Setor Privado (6,3%) e no Setor Público (2,5%). No segmento privado, houve aumento do assalariamento Com Carteira Assinada (6,7%) e Sem Carteira Assinada (4,2%). Verificaram-se, ainda, aumento entre Empregadores (5,2%) e no agregado Demais Posições (2,9%) e redução entre os Empregados Domésticos (-5,6%) e os Autônomos (-2,6%) (Tabela 3).

**Tabela 3**  
Estimativas do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação  
Distrito Federal  
2011-2012

Posição na Ocupação	Variações			
	Estimativas (em mil pessoas)		Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
<b>Total</b>	<b>1.229</b>	<b>1.269</b>	<b>40</b>	<b>3,3</b>
Total de Assalariados (1)	892	938	46	5,2
Setor Privado	615	654	39	6,3
Com Carteira Assinada	519	554	35	6,7
Sem Carteira Assinada	96	100	4	4,2
Setor Público	277	284	7	2,5
Autônomos	155	151	-4	-2,6
Trabalham para o Público	127	130	3	2,4
Trabalham para Empresa	28	21	-7	-25,0
Empregadores	58	61	3	5,2
Empregados Domésticos	89	84	-5	-5,6
Demais Posições (2)	35	36	1	2,9

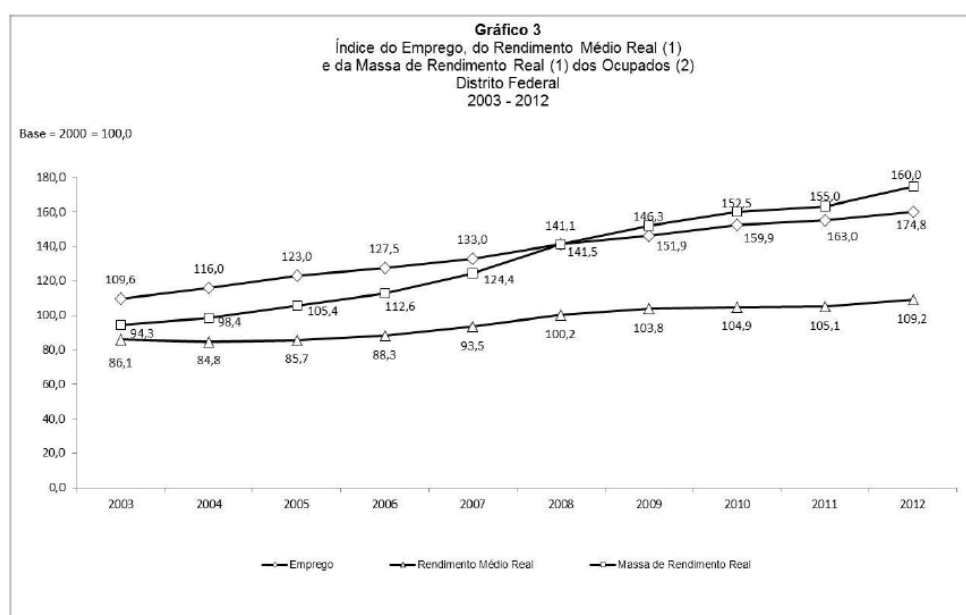
Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
Notas:  
(1) Inclui os que não informaram o segmento em que trabalham.  
(2) Incluem donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Aumentaram os Rendimentos Reais Médios dos Ocupados (3,8%) e, em menor medida, dos Assalariados (1,0%), passando a equivaler R\$ 2.270 e R\$ 2.389, respectivamente. Aumentaram os rendimentos tanto os trabalhadores do Setor Público (4,1%), quanto no Setor Privado (3,8%). No mesmo período, elevaram-se os Rendimentos Médios dos Empregadores (24,6%), Empregados Domésticos (8,5%) e Autônomos (1,8%) (Tabela 4).

<b>Tabela 4</b>			
<b>Rendimento Médio Real dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação</b>			
<b>Distrito Federal</b>			
<b>2011-2012</b>			
Posição na Ocupação	Rendimento Médio Anual		Em reais de novembro de 2012
	2011	2012	Variações (%)
<b>Total de Ocupados</b>	<b>2.186</b>	<b>2.270</b>	<b>3,8</b>
Assalariados (1)	2.365	2.389	1,0
Setor Privado	1.253	1.300	3,8
Com Carteira Assinada	1.268	1.319	4,0
Sem Carteira Assinada	1.159	1.177	1,6
Setor Público	5.234	5.447	4,1
Autônomos	1.300	1.323	1,8
Empregadores	4.481	5.582	24,6
Empregados Domésticos	710	770	8,5

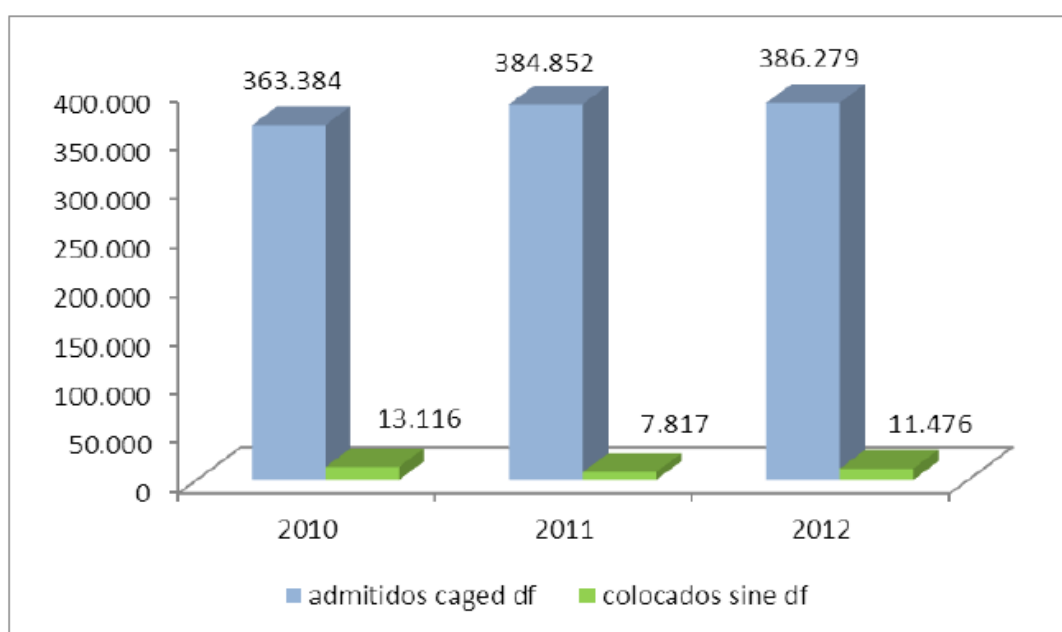
Fonte: PED-DF - Convênio SETRAB-GDF, CODEPLAN, SEADE-SP e DIEESE.  
 (1) Inclusive os assalariados que não declararam o segmento onde trabalham.  
 Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.  
 Infator utilizado: INPC-DF - IBGE.

Em 2012, a Massa de Rendimentos Reais aumentou pelo nono ano consecutivo (Gráfico 3). Entre os Ocupados a Massa de Rendimento aumentou devido ao aumento no Nível Ocupacional e no Rendimento Médio Real e dos Assalariados, principalmente, pelo aumento do nível de emprego e em menor medida pelo aumento do salário real médio.



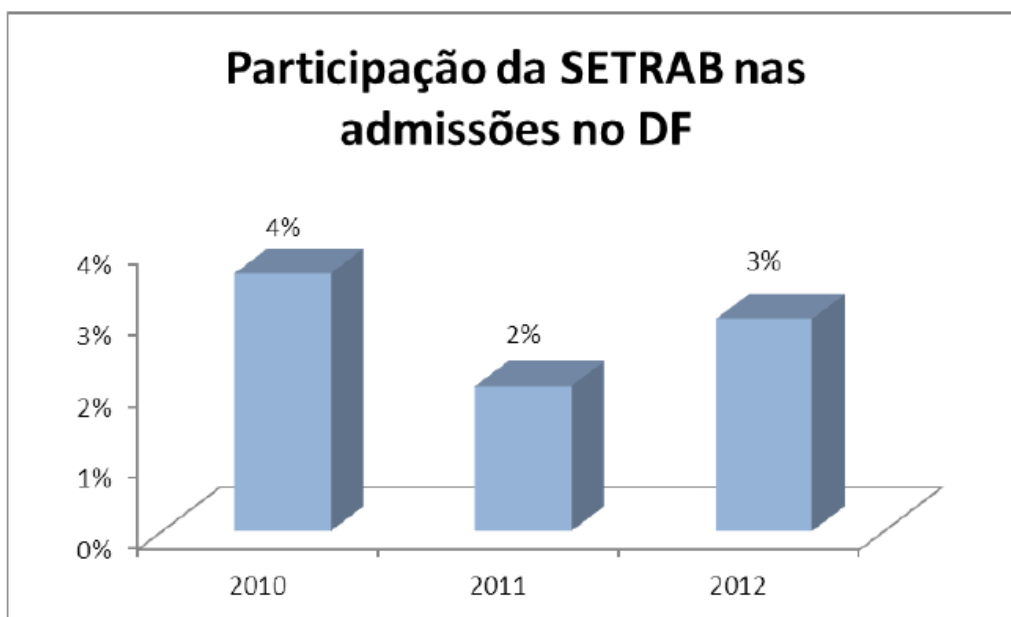
No âmbito do Distrito Federal<sup>24</sup>, a Secretaria de Estado de Trabalho mantém convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego para desenvolver políticas públicas de trabalho, emprego e renda por meio de programas, projetos e iniciativas estratégicas alinhadas com as diretrizes do Governo determinadas no Plano Plurianual – PPA e em suas leis orçamentárias, tais como LDO e LOAS, com vistas à operacionalização do Sistema Nacional de Emprego. A Secretaria tem um importante papel na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e busca atender principalmente a população com dificuldade de ingresso no mundo do trabalho, devido à falta de qualificação profissional e, na maioria das vezes, pela baixa escolaridade.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE no ano de 2012, a respeito do desemprego no Brasil constata-se que o País encontra-se com taxas positivas de crescimento do nível de ocupações e assalariamento. No entanto, a participação do Sistema Nacional de Emprego na inserção do trabalhador no mercado de trabalho, tem se apresentado baixa, sobretudo no Distrito Federal, comparando com os demais Estados da Federação. Analisando os dados do Cadastro Geral de Admitidos e Desligados – CAGED com o total de trabalhadores colocados por intermédio das Agências do Trabalhador do Distrito Federal, observa-se que das 384.852 admissões ocorridas no ano, 11.476 tiveram a participação da Secretaria de Estado de Trabalho, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

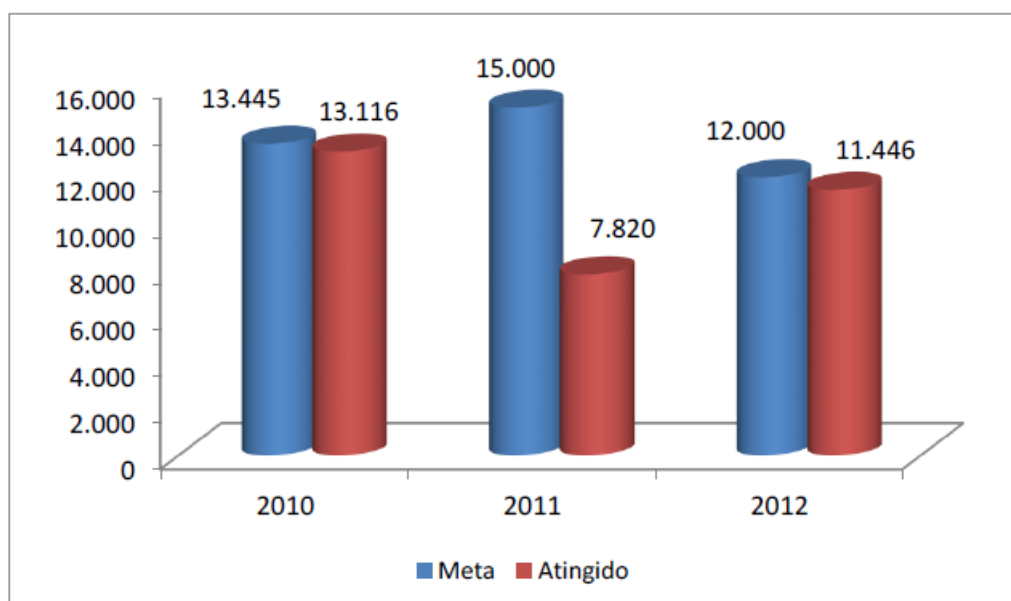


<sup>24</sup> Os dados a seguir foram elaborados pela Assessoria de Planejamento e Projetos Especiais da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

Este resultado traduz que a participação da Secretaria de Estado de Trabalho nas admissões ocorridas no Distrito Federal fica em torno de apenas 3%. O gráfico abaixo demonstra a evolução na participação da SETRAB no total das admissões no DF:

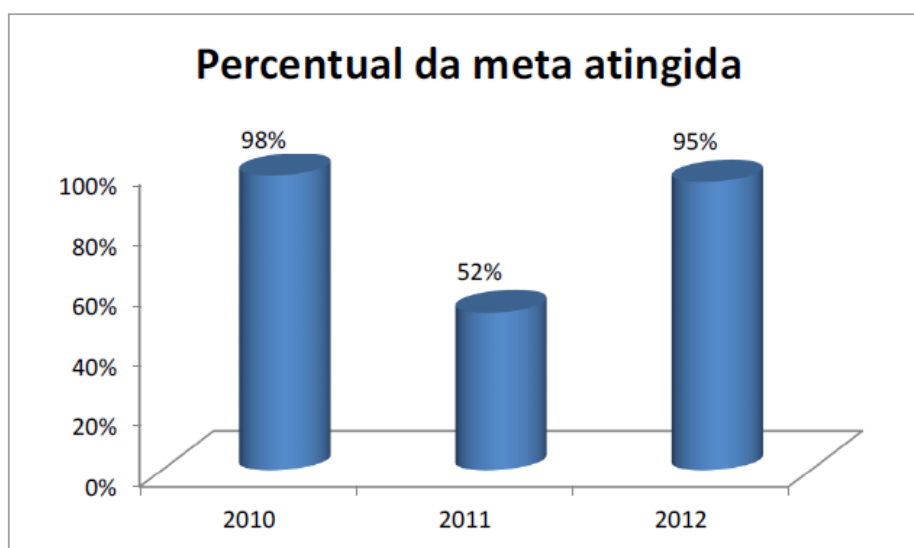


No que diz respeito às metas estipuladas no Plano Plurianual – PPA para inserção do trabalhador no mercado de trabalho constata-se que a Secretaria de Estado de Trabalho nos últimos 03(três) anos não vem atingindo a suas metas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Muito embora nos anos de 2010 e 2012 a Secretaria tenha chegado a um patamar de 95% da meta estipulada, no ano de 2011, o resultado apresentado correspondeu a

pouca mais de 50%, do resultado esperado para aquele ano. O gráfico abaixo demonstra a evolução da Secretaria no percentual de meta atingida nos últimos anos, referente a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.



Destaca-se que os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS demonstram que o nível de escolaridade das admissões encontra-se entre o ensino médio completo e o superior completo, indicando que as empresas vêm buscando trabalhadores com melhor qualificação, para compor o seu quadro de pessoal. Esse dado expressa a demanda colocada à secretaria para capacitação e formação de novos trabalhadores, subalternizados ou não-inseridos de modo formal no mercado de trabalho devido a não especialização profissional. Abaixo, podemos visualizar o nível de escolaridade dos trabalhadores que durante os anos de 2011/2012 demandaram as ações de qualificação profissional da Secretaria de Estado de Trabalho do GDF:

<b>Escolaridade</b>
Ensino Fundamental 5,52% = 90
Ensino Médio 75,41% = 6.700
Ensino Superior 19,07% = 1.694

Chamam a atenção neste quadro dois dados: a maioria dos trabalhadores que passaram por programas de qualificação possuem ensino médio e o índice de trabalhadores com ensino superior que buscam qualificação supera o daqueles que possuem apenas o ensino fundamental. Isso demonstra que a escolaridade desses trabalhadores, ainda que em sua maioria não-especializados, é significativa. No que diz respeito à composição desta força-de-trabalho, a partir das suas características funcionais, esta se caracteriza pelos seguintes dados:

<b>Características funcionais</b>
Desempregados: 12,98% = 1.154
Empregados: 22,98% = 2.042
Benf. Seguro Desemprego: 3,44% = 306
Trabalhador autônomo: 57,86% = 5.140
Aposentados: 1,18% = 104
Egresso Sis., Penitenciário: 0,32% = 28
Estagiário: 1,07% = 95
Trabalhadores rurais: 0,17% = 15

Abaixo, demonstramos o perfil desta população usuária, segundo gênero e origem étnico-racial:

<b>Raça/Cor</b>	<b>Gênero</b>
Branca: 33,92% = 3.014	Masculino 25,71%
Preta: 11,02% = 979	Feminino 67,99%
Índigena: 0,96% = 85	Outros 6,37%
Amarela: 3,40% = 302	
Parda: 50,70% = 4.504	

Para responder às demandas por emprego e melhoria de renda deste perfil populacional, a Secretaria desenvolve ações de qualificação estruturadas com base na real necessidade do mercado de trabalho, identificada por intermédio de estudos de prospecção, assim como por meio de pesquisa junto a classe empregadora, com o



objetivo de ampliar a possibilidade de inserção do trabalhador no mundo do trabalho<sup>25</sup>.

No ano de 2012, 7.753 pessoas receberam qualificação no Distrito Federal com recursos do FAT. Nesse mesmo ano, dos 143.496 requerentes de vagas pelo SINE, 138.998 eram segurados, 696 foram colocados no mercado de trabalho, atingindo uma taxa de colocação de apenas 0,50%. O comparativo entre o número de vagas e o número de trabalhadores colocados por intermédio do SINE foi de 62.001 vagas, 11.476 de colocados, com uma taxa de aproveitamento de vagas de 19%. Em relação ao quantitativo de trabalhadores encaminhados versus o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por intermédio do SINE foi de 126.265 encaminhados, 11.476 colocados, com uma taxa de 9,1% de aproveitamento. O comparativo entre o total de colocados pelo Sistema Nacional de Emprego com o total de trabalhadores admitidos informados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED foi de 11.476 colocados, 386.279 admitidos pelo CAGED, com uma taxa de 3,0%.

A Setrab atualmente desenvolve os seguintes programas de capacitação no D.F<sup>26</sup>:

- **QUALIFICOPA** é um programa de qualificação profissional cujo objetivo é melhorar a qualidade dos serviços prestados no DF, qualificar os trabalhadores para atender a demanda dos setores econômicos, diminuir a taxa de desemprego, aumentar a geração de renda, implantar a cultura de qualificação profissional permanente e dar oportunidade a esses trabalhadores de atualizar os seus conhecimentos para que possam se inserir, reinserir ou se fortalecer no mercado de trabalho.
  
- **O + AUTONOMIA** é um programa de qualificação profissional cujo objetivo é melhorar a qualidade dos serviços prestados, aumentar a geração de renda, dando oportunidade para os trabalhadores autônomos atualizarem os seus conhecimentos, facilitando a entrada no mercado de trabalho. O programa oferece cursos de Cabeleireiro, Cuidador de Idosos, Cozinheiro e Padeiro, com um total de 200 horas.

---

<sup>25</sup> Importante destacar que o Governo do Distrito Federal é um dos maiores empregadores, entretanto, a contratação de trabalhadores para as empresas terceirizadas pelo governo não são efetivadas por intermédio das Agências do Trabalhador, fato este que deve ser considerado, uma vez que a Secretaria de Estado de Trabalho tem um vasto cadastro de trabalhadores que necessitam ser inseridos no mercado de trabalho e o governo precisa de mão-de-obra para compor o seu quadro de pessoal em áreas distintas como copeiros, vigilantes, recepcionistas, dentre outras.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.trabalho.df.gov.br/> Acesso em: 23/09/2013

- **PROSPERA** é um programa de microcrédito produtivo orientado da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, que tem por objetivo fortalecer os empreendimentos de baixa renda dos setores populares, informais e formais das áreas urbanas e rurais, proporcionando a geração de renda.
- **O Plano Territorial de Qualificação – PLANTEQ** – faz parte de um grupo de políticas públicas voltadas exclusivamente para a qualificação social e profissional de jovens e adultos que vivem em um determinado território. Vinculado ao desenvolvimento econômico e social do território, o PlanTeQ investe na vocação econômica da região, promovendo a qualificação social e profissional de trabalhadores, de acordo com as necessidades do mercado de trabalho local.
- **PLANSEQ:** Atua sob dois modelos de intervenção: **1. Planseq Artesanato** - Visa melhorar a produção de artesanato local, criando uma identidade brasileira para os produtos desenvolvidos. Os alunos que concluírem os cursos terão direito à Carteira do Artesão, facilitando a comercialização dos produtos. **2. Planseq Empreendedorismo** - Tem o objetivo de capacitar quem deseja ter o próprio “negócio”, adquirindo conhecimentos indispensáveis para abrir e manter uma microempresa. Aqueles que já são donos do próprio negócio também podem se inscrever, a fim de aprimorar sua gestão e aumentar a produtividade.
- **O PROJovem TRABALHADOR** – A *Juventude Cidadã* é um programa de qualificação social e profissional que visa a capacitação de jovens entre 18 e 29 anos, dando a oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Sobre o papel da Setrab, em entrevista ao Assessor de Comunicação da secretaria, o Sr. Marcos Barbosa, o mesmo diz que: “existe o lado comercial do emprego e o lado social do emprego. A nossa visão é muito mais o lado social que o comercial. É a inserção daquele que realmente não tem condições. Agora o que podemos fazer, é porque não temos um poder, nós como Secretaria de Trabalho nós não temos o poder sobre o mercado de trabalho. Há muito mais oferta e procura. O nosso poder é muito mais aquele parâmetro social de tentar qualificar, de tentar inserir, de atender aqueles como eu te disse, aqueles que não tem uma indicação. Ele não tem um

caminho, ele não tem um lugar para ir procurar um emprego, ele não tem um apadrinhamento, ele não tem um nível superior, então ele está com as portas fechadas e é aonde a Secretaria entra para abrir essas portas para ele”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, a partir deste trabalho, que o desemprego é funcional ao sistema capitalista. Para que este sobreviva é necessário que se tenha um exército industrial de reserva, sempre a postos. Esse exército industrial de reserva serve tanto para pressionar os trabalhadores empregados a aceitarem más condições de trabalho e baixos salários, quanto para os ameaçarem, pois os empregadores podem sempre recrutá-los para vagas daqueles que não aceitam tais condições. As crises estruturais pelas quais passa o capitalismo modificam as relações de trabalho e de produção, sempre no sentido de maiores ganhos para os patrões e perdas para a classe trabalhadora.

O Brasil, apesar de ser um país continental, com grande capacidade para se tornar um potência mundial, nunca o foi, nem será. Desde sua “descoberta”, serviu ao capital estrangeiro como colônia de exploração, em um caráter de essência dependente. A partir da abolição da escravatura, poderia, talvez, ter se inserido, através do advento do trabalho livre, de outra maneira no capitalismo mundial. Entretanto, sua burguesia, reacionária e conservadora, temeu à modernização, e só cedeu a ela para atender seus próprios interesses e os interesses da burguesia internacional. Sempre negando à classe trabalhadora possibilidades de melhoria de vida e condições de trabalho.

O Sistema Público de Emprego tem em suas atribuições, o papel de intermediar força de trabalho e empregador, além de qualificar os trabalhadores. Vimos a partir das taxas de inserção dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho, que a qualificação profissional advinda de recursos do FAT não atingiu a média de 50% em nenhuma das regiões brasileiras no ano de 2012. No mesmo ano, o SINE colocou no mercado de trabalho menos da metade dos trabalhadores no total de ocupação disponível. Sobre a taxa de encaminhamento às vagas de emprego através do SINE, nenhuma das regiões alcançou mais que 23%. Esses dados mostram que o Sistema Público de Emprego não cumpre o que propõe.

No DF analisamos a partir das estatísticas nacionais produzidas sobre geração de emprego e renda, bem como da reflexão acerca das PED's – DF, algumas questões que consideramos relevantes:

- Pouca distância entre os com e sem carteira assinada. O assalariamento e o nível de ocupações crescem, mas ainda que os ‘formais’ sejam quantitativamente superiores na ocupação de novas vagas de trabalho, os ‘sem carteira’ permanecem sempre em

um nível superior à 50% destes. Ou seja, a precarização do trabalho mantém uma significativa presença.

- Mantemos aqui a assertiva que já vínhamos construindo na primeira parte do terceiro capítulo: há de fato um crescimento quantitativo da “Classe C”, composta pela base da pirâmide social. O seu perfil é de não-brancos, assalariados formais e com médias de rendimento referentes ao “salário de base” (de um a três salários mínimos). O que conduz a uma identificação de aumento dos rendimentos reais médios entre os assalariados sem ocupação no mercado de trabalho, como visto no caso dos autônomos e empregados domésticos.
- Outro aspecto importante vem a ser o nível de escolaridade entre aqueles que buscam capacitação nas ações de qualificação do GDF. A sua maioria absoluta possui o ensino médio completo e quase 20% destes tem formação superior. Se, antes, dispúnhamos de uma base da pirâmide social de baixa escolarização, hoje estes trabalhadores que buscam as agências de trabalho e renda – futuros ingressos, em sua maioria, na base da pirâmide social – possuem uma escolarização significativa.
- A partir do exposto nos questionamos: o que constitui o ‘crescimento econômico’ brasileiro, identificado por autores como Pochmann (2012), expresso no crescimento de empregados formais?

Aqui identificamos que este crescimento econômico se dá via crescimento da base da pirâmide social, contudo com a forte característica da concentração de renda. Em outras palavras, o aumento do número de assalariados e o conseqüente rebaixamento do rendimento salarial estão atrelados a uma diminuição da remuneração em torno do trabalho socialmente necessário. O descenso do quantitativo de desempregados não diminuiu a pressão sobre o rebaixamento salarial e constituiu uma classe trabalhadora além de mal remunerada, endividada seduzida pelo crédito.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. A Era da Informatização e a Época da Informalização – riqueza e miséria no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, São Paulo: Cortez: 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**, São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivante. Os custos da crise para a política social. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do exército industrial de reserva**. In: Revista O Comuneiro, nº 3, Setembro de 2006

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

\_\_\_\_\_. **Em busca do socialismo**. São Paulo: Xamã, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

IAMAMMOTO, Marilda. **Relações sociais e Serviço Social: um esboço teórico-metodológico**. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2004.

LOPES, Maria Lucia. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**, São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Maria Lucia. **Trabalho e população em situação de rua**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da “Revolução Brasileira”: O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil**. Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

MARX, Karl. “Trabalho estranhado e propriedade privada”, **Manuscritos Econômico-filosóficos**, São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**, Livro I, Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, Livro I, Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, São Paulo: Martin Claret, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Manifesto do Partido Comunista**, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**, São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

NETO, José Meneleu. **Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva**. In: TEIXEIRA. F.S. T. (org.) **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço social**, São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**, São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova**

**pedagogia da hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**, São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**, São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOARES, Marcela. **A Política de Geração de Emprego e Renda no Octênio 2003 – 2010: Degradação sob o Véu da Liberdade**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

TROYANO, Annez Andraus. Pesquisa de Emprego e Desemprego: metodologia, conceitos e aferição dos resultados, in: TROYANO, Annez Andraus et alii. **A Pesquisa Fundação SEADE/DIEESE – A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, 1985.

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade – elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.